UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Carlos Miguel Sousa Fernandes

A Acessibilidade na reabilitação

"Reabilitação e reconversão de uma casa senhorial em escola de música"

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto, no dia 14 de Dezembro de 2016, perante o júri seguinte:

*Presidente:*Prof. Dr.º Arq.º Pedro Cândido Almeida D'eça Ramalho
*Vogais:*Prof. Dr.ª Arq.ª Edite Rosa, Associada do Mestrado Integrado em Arquitetura, ULP
Orientador: Prof. Dr.º Arq.º João Carlos Martins Lopes dos Santos

Dezembro 2016

DECLARAÇÃO

É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

AGRADECIMENTOS

Ao orientador científico, Professor Arquiteto João Carlos Santos agradeço pela sua dedicação, disponibilidade e conselhos partilhados durante este processo que muito veio a contribuir para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Sr. Miguel Dias da Liftime elevadores pela disponibilidade e colaboração prestada.

Aos amigos que comigo fizeram esta caminhada académica ao longo destes últimos cinco anos.

Aos docentes do curso que todos os dias partilharam o seu saber, experiência profissional que contribuiu para o meu desenvolvimento na área da arquitetura .

Por fim, agradeço à família, especialmente aos pais pela motivação, por acreditarem, encorajarem durante toda a vida e aos avós que sempre estiveram presentes.

RESUMO

Portugal tem um grande número de edificios antigos com elevado valor patrimonial por ser um país com uma história e uma tradição seculares. A presente dissertação tem como objectivo focar-se num caso de estudo específico, a reabilitação e reconversão da casa senhorial da quinta da Conceição em escola de música localizada em Leça da Palmeira.

Actualmente, muitos edifícios antigos encontram-se em mau estado de conservação e a necessitar de obras de recuperação e reabilitação.

Neste contexto, atendendo às exigências atuais no que diz respeito à igualdade nos acessos, a questão da acessibilidade é uma exigência incontornavel.

Porém, as alterações que são necessárias introduzir nos edifícios para responder a esta questão têm que ser ajustadas à preservação dos valores patrimoniais, em especial no património classificado onde, intervenções menos cuidadas, se podem transformar numa perda de valor, arquitectónico e cutural.

No entanto, é preciso desenvolver os projectos com base nas normas nacionais estabelecidas para as intervencões em edifícios antigos, por forma a adptar os mesmos às regras de acessibilidade previstas nos dias de hoje.

Esta dissertação procura, desta forma, com foco num edifício especifíco, demonstrar que é possível estabelecer um conjunto de soluções arquitetonicas que garantem a acessibilidade de todos os cidadãos aos edifícios reabilitados sempre com suporte numa prática que respeite as características e componentes do valor arquitectónico destes imoveis.

Palavras-Chave

Reabilitação; Acessibilidade; Mobilidade reduzida; Percurso acessível; D.L 163/2006, de 8 de Agosto.

ABSTRACT

Portugal has a large heritage of buildings as it is a country with great historical roots - this thesis aims to focus on a specific case study, the restoration and conversion of "Conceição Farm House" into a Music School located in Leça da Palmeira.

Currently, most of the urban and rural fabric is in poor condition, which makes the renovation of the same relevant, firstly through the reformation of all these dwellings to today's standards, fundamentally the informal access for all. Though, this new changes cannot be done without a detailed study of the heritage buildings, but instead through an adjusted intervention that conserves the heritage values of the same. These sites are often historical - not renewable, so any small careless change to the existing can easily transcend into a social, architectural and cultural loss.

However, it is necessary to develop a project based on the standards established for intervention in old buildings both inside and outside the country, in order to adequately adapt them to today's accessibility rules.

Therefore, this dissertation seeks to focus on one specific building and establish a survey that will provide a set of intervention solutions that ensure equal access to all citizens into renovated buildings, always supporting a practice that respects the architectural characteristics and components of these constructions.

Keywords:

Rehabilitation; Accessibility; Reduced mobility; route accessible; D.L. (Ordinance) 163/2006, from the 8th of August

Abreviaturas, siglas e sinais

PNPA - Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade

UNESCO – United Nations Educational, Scientific, Cultural Organization

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sitíos

ICCROM – International Centre for the study of the Preservation and Restauration of Cultural Property

SUMÁRIO

Agradecimentos.....vi

Resumo.....viii

Abstract.....x

Abreviaturas, siglas e sinais.....xii

Capítulo I.....1

1.Introdução.....3

1.1. Metodologia.....4

1.2. Estado da Arte.....5

1.3. Estrutura do trabalho.....6

Capítulo II.....8

2.A reabilitação em Portugal; evolução, consequências e trasformação.....9

2.1. Os critérios de intervenção nos edifícios antigos.....10

2.2. Os documentos internacionais no auxilio à reabilitação.....11

Capítulo III.....16

3. O decreto-Lei 163/2006.....17

3.1. Normas de acessibilidade gerais.....18

3.2. Plano nacional de promoção de acessibilidade.....21

Capítulo IV.....24

4. Soluções de mecanismos existentes para auxilio a acessibilidade em Portugal.....25

Capítulo V.....36
5.A casa portuguesa do século XVIII a XIX.....37
5.1. Modelos de casas em formato U.....39
5.2. Sistemas construtivos da casa do século XVIII e XIX.....42

Capítulo VI.....46
6.Os problemas de acessibilidade na casa senhorial.....47
6.1. Casos de estudo – a acessibilidade em equipamentos públicos reabilitados.....49
6.2. A proposta de intervenção na reabilitação da casa senhorial para escola de música.....52
6.3. Proposta para acessibilidade aos pisos superiores e ao exterior do edifício.....53

Capítulo VII.....66
7.Considerações finais.....68

Referências bibliográficas.....70
Índice figuras e quadros.....74
Créditos de figuras.....78
Ìndice de anexos.....82
Anexos.....86

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

A habitação e todos os edifícios no geral têm, ao longo dos séculos, sofrido alterações e adaptações, com o objectivo de promoverem uma melhor qualidade de vida da população que os usa.

Como característica comum das casas dos séculos XVII a XIX a habitação do projeto de reconversão para escola de música localizado nas imediações da Quinta da Conceição em Leça da Palmeira tem como características os padrões de sistemas e métodos construtivos da época.

Na atualidade estes modelos de construção não correspondem claramente aos modelos de qualidade de vida da população e da sociedade em que vivemos, onde a igualdade de acesso e mobilidade dentro e fora dos edifícios deve ser um requisito fundamental e de igual para igual.

No entanto, estas transformações nos edifícios não deverão ocorrer de forma a destruir o património arquitectónico existente, mas sim com intervenções cuidadas.

O edificado existente será sempre um património frágil onde qualquer intervenção menos cuidada é sempre uma destruição dos valores históricos e patrimoniais.

É necessário ter em conta os critérios de intervenção definidos nas cartas e convenções sobre reabilitação do patrimonio e a legislação nacional exístente sobre acessibilidades, como base para uma intervenção adequada e ajustada na medida em que o passado e o presente encontre a harmonia e as exigências da atualidade das varias soluções de acessibilidade.

Em suma, este trabalho tem como intenção, realizar e promover um conjunto de soluções à alteração de uma habitação para instalação de uma escola de música que proporcione e garanta um acesso de igualdade a todos os utilizadores, com particular atenção a forma como adaptar uma casa unifamiliar a um equipamento publico.

1.1. METODOLOGIA

Este trabalho de investigação inicia-se com uma análise e de como se deve atuar para preservar o património existente tendo em conta o conjunto de fatores que estão em jogo, a teoria as cartas e as convenções internacionais sobre esta matéria.

Depois desta análise, enumeram-se as várias estratégias de intervenção para perceber o que melhor se adequa ao projeto.

Como esta problemática exige a consulta de documentação especifica por ser um tema que envolve regulamentação e legislação específica, a consulta, compreenção e cruzamento das mesmas é imprescindível a fim de aplicar as normas em vigor na reabilitação do edifício em causa.

Para uma investigação mais aprofundada foi necessário estudar a casa senhorial em Portugal do século XVIII a XIX para assim perceber a sua evolução e conseguir adaptar as soluções de acessibilidade o melhor possível ao projeto.

Por fim, a proposta de intervenção no projeto propriamente dito com base nos conteúdos anteriores que pretende resolver os problemas de uma habitação unifamiliar para a transformar num equipamento público onde irá ser instalada uma escola de música.

Neste caso, este estudo procura dar a conhecer que é possível integrar estes sistemas de circulação para uma acessibilidade geral a todos numa arquitetura cuidada com a intenção de preservar o existente e capaz de responder as exigências da atualidade.

1.2. ESTADO DA ARTE

Após o início da pesquisa referente ao trabalho a desenvolver sobre a acessibilidade em casas antigas no contexto do conceito do que se pode entender por habitações deste tipo, verifica-se que as informações relativas ao tipo de habitação senhorial são mais abundantes comparativamente ao grau de informação existente sobre as questões da acessibilidade no contexto da arquitectura em geral.

No entanto regista-se alguma informação relativamente a um grande número de obras que já sofreram alterações deste nível.

As obras encontradas, das quais, fazem referência à inserção de novas acessibilidades são no entanto escassas na tipologia de edificios públicos de menor escala como o do projeto em que se esta a trabalhar.

De destacar edifícios de maior área como mosteiros, palácios, hotéis, e museus onde esta temática é bastante mais abordada comparada a edifícios de menor escala.

Ao nível de documentação de apoio a esta investigação as cartas de Veneza (1964), Del Restauro (1972), de Amesterdão (1975), de Granada (1985) e de Nora (1994) são bastantes relevantes para uma reabilitação atenta.

Os decreto lei 123/1997, de 22 de Maio e 163/2006, de 8 de Agosto e outras de carácter internacional são também um suporte imprescindivel para um estudo aprofundado sobre esta problemática da acessibilidade para todos.

1.3. ESTRUTURA DO TRABALHO

Capítulo 1: Introdução

Consiste na introdução do tema e apresentação do trabalho, expondo o objeto de estudo, motivação objetivos, metodologia e estrutura da investigação.

Capítulo 2: A reabilitação em Portugal

Começa-se por analisar a dinâmica habitacional em Portugal, mostrando o estado de degradação e abandono do edificado, bem como o pouco peso que a reabilitação tem no sector da construção. De seguida, é ainda feita uma incursão pelos principais conceitos e documentos internacionais, evidenciando-se os critérios essenciais de intervenção no património que se devem ter em conta quando se desenvolve um projeto deste nível.

Capítulo 3: O Decreto-Lei sobre a acessibilidade

Apresenta-se o D.L. 163/2006, de 8 de Agosto, sobre a acessibilidade, salientando-se as principais inovações por este introduzidas. De seguida, realiza-se uma análise com o intuito de compreender a forma como a legislação se aplica aos edifícios existentes, especialmente aos antigos; bem como ao Anexo, mencionando as normas técnicas relativas aos edifícios públicos e habitacionais identificando as eventuais faltas de adequabilidade na sua aplicação aos edifícios existentes. Apresenta-se ainda o plano nacional de promoção a acessibilidade que refere quais os objetivos da estratégia do Conselho Europeu de Lisboa para pessoas com estas dificuldades de mobilidade/acessibilidade.

Capítulo 4: Soluções de mecanismos existentes para a acessibilidade

É apresentada uma breve da pesquisa efetuada sobre os mecanismos para a acessibilidade existentes no mercado português, procedendo-se à sua organização por tipo e descrição das suas principais características.

Capítulo 5: As casas senhoriais em Portugal entre os séculos XVII e XIX

Inicia-se por fazer uma caracterização da evolução tipológica das casas nobres em Portugal, procurando enunciar os fatores de ordem funcional da sua arquitetura. Contudo, o estudo foca-se mais no estudo da casa nobre em formato U por ser idêntica a do projeto da

escola de música. De seguida, realiza-se uma descrição do sistema construtivo, estes aspetos, servirão de base à proposta de intervenção do projeto em causa.

Capítulo 6: A proposta de intervenção na reabilitação da casa senhorial

Começa-se por identificar os problemas de acessibilidade na casa senhorial da quinta da Conceição, abordando de seguida alguns casos de estudo usados para a concepção do projecto. Apresenta-se a ideia geral de acessibilidade para a escola de música e de seguida as propostas para acesso a pessoas de mobilidade reduzida aos pisos superiores e aos exteriores do edificio.

Capítulo 7: Considerações finais

Do estudo desenvolvido, retiram-se as conclusões e as considerações baseadas nos objetivos inicialmente propostos.

CAPÌTULO II

A REABILITAÇÂO EM PORTUGAL

2. A reabilitação em Portugal; evolução, trasformação e consequências

O modo de vida em Portugal nos dias de hoje transcende claramente a maneira antiga da vida no campo, com esta mudança de mentalidades assistimos a uma realidade que outrora não existia.

Assim, aldeias e meios rurais ficaram inospitos o que proporcionou a uma migração da população para os meios urbanos onde mais oportunidades e qualidade de vida existem em maior abundância .

Ao mesmo tempo, o patrimonio arquitetónico muita das vezes relevante e histórico ficou esquecido no tempo.

Também o ritmo intenso de crescimento na construção principalmente nos meios urbanos com construção largamente superior ao numero de aumento de famílias nas decadas de 70, 80 e 90 resoltou numa oferta largamente maior que a necessária.

Simultaneamente, a compra de casa própria mantem-se o que leva a ser o tipo de ocupação habitacional predominante, com uma percentagem de 70% contrastando com os arrendamentos que representam cerca de 20% da residência habitual ocupada pelas familias. (INE, 2012, p. 5).

"De acordo com os Censos 2011, o numero total de alojamentos em Portugal é de 5.879.845, dos quais 68,2% são utilizados como residência habitual, tendo-se verificado um aumento de cerca de 16% face ao aumento censitário anterior. Em 2010, o parque habitacional foi estimado em 3,5 milhões de alojamentos, identificando-se um claro excedente de habitações (estima-se 1,6 fogos por família). O nosso parque habitacional é relativamente recente, cerca de 46% dos edificios foram construidos depois de 1981. Por outro lado, em três décadas, entre 1970 e 2001, verificou-se um forte abandono dos edifícios antigos, deixando-se de utilizar como residência habitual quase 750.000 fogos, construídos antes de 1919, o que evidencia a absoluta necessidade de reabilitação." (Freitas Vasco, 2012, p. 22)

Por todo o país é notório os inúmeros edifícios em abandono, conforme estudos recentes efectuados verifica-se que mais de metade (63%) do edificado antes de 1919 necessita de pequenas obras de restauro e que (22%) carece de grandes obras de reabilitação segundo os resultados obtidos através dos Censos 2011.

Os dados mostram também que cerca de 250 mil pessoas com mobilidade reduzida utiliza edifícios unifamiliares e equipamentos públicos inapropriados e desprovidos parcialmente ou na totalidade de meios específicos para a acessibilidade dos utilizadores, estando esta falta de meios claramente relacionada com o estado de conservação e idade dos edifícios.
Relativamente a toda a Europa, Portugal fica ainda no fundo da tabela em intervenções de reabilitação nomeadamente as que são adaptadas para pessoas de mobilidade reduzida.
Com isto, é fundamental dar prioridade a obras de recuperação, reabilitação do conjunto edificado existente, dando ênfase ao mais antigo e histórico.
Assim, os objectivos passam por aproveitar os recursos existentes ao reabilitar e valorizar o património não só para equipamentos públicos mas também para a habitação.

2.1. Os critérios de intervenção nos edifícios antigos

Ao elaborar um projeto de requalificação é essencial garantir que todos os valores históricos, culturais, artísticos e arquitetónicos sejam levados em conta.
Perceber os valores arquitetónicos é fundamental para desenvolver um projecto de reabilitação para com o edificado existente.
Ou seja, as intervenções nos edifícios devem ser sempre apoiadas com investigações e estudos intensivos, que levem a conclusões específicas sobre a lógica evolutiva, soluções tipológicas e construtivas.
Contudo, é necessário passar de uma prática distante do princípio de conservação, que muita das vezes vem da própria vontade de afirmação do arquiteto.
Como refere (Jokilehto, 1999, p. 312), "os arquitectos, geralmente, esperam deixar a sua marca criativa no edifício em que intervém, contudo, quando se lida com uma estrutura histórica, o princípio a seguir deve ser o da humildade e respeito."
Desta forma, é claro que se opte por uma intervenção miníma em vez do exagero, para assim se reutilizar os diversos elementos presentes no edifício, antes de se substituir por materiais de caracter comtemporâneo. "A ideia é nunca demolir, extirpar ou substituir, para sempre melhorar, transformar e usar. (...) A ideia é ser generoso, dar mais, tirando vantagem do que existe e eficientemente transformá-lo para criar novas capacidades e qalidades duradouras (...)". (Lacaton, Vassal, 2009,p. 153)

Contrariamente, vem-se assistindo a uma política de que vulgarmente se chama de "fachadismo" que pode vir a destruir o pratrimónio e cultura de uma cidade ou mesmo de um país, ou seja, este acontecimento limita-se na destruição total do interior dos edifícios só perservando as fachadas, onde se dá lugar a novos sistemas construtivos e o alçado do imóvel perde toda a função estrutural, o que permite nestes casos obter funções diferentes com mais facilidade mudando assim o nível tipológico e construtivo.
Em certos casos, estes "malabarismos" arquitetónicos permitem assim aos investidores de mercado imobiliário conseguir em edifícios antigos exigências contemponâneas de forma rápida onde se escondem únicamente interesses comerciais atrás de fachadas com história.
Todavia, este sistema é uma maneira de enganar, pois não passa de uma forma de falsificação, de uma má forma de reabilitar, como por exemplo se tem vindo a notar na baixa da cidade do Porto em muitos dos prédios históricos reabilitados.

2.2. Os documentos internacionais no auxilio á reabilitação

Para uma melhor abordagem à reabilitação urbana é necessário recorrer na maioria das vezes aos documentos internacionais elaborados no período compreendido entre as décadas de 50 e 60, cartas estas que foram necessárias elaborar numa época em que a Europa assistia a uma maior destruição ininterupta do património arquitetónico pelo desejo do homem substituir o velho por o novo.
Desta forma, pretende-se fazer aqui uma pequena passagem pelas cartas mais significativas procurando destacar os critérios de salvaguarda para o património e uma abordagem rigorosa dos imóveis a reabilitar.

Carta de Veneza de 1964

Em Veneza no ano de 1964 é realizado o II Congresso Internacional de Arquitetos, deste encontro resulta um novo conjunto de critérios num documento internacional a que se deu o nome de Carta de Veneza. Também aqui assistiu-se a criação do ICOMOS (Consenho internacional de Monumentos e Sitios).
Ao redigir esta carta tiveram um destaque consideravel as seguintes definições:

- A noção de um monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma

evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações mas também ás obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural.

- A conservação e o restauro dos monumentos constituem uma dsciplina que apela à colaboração de todas as ciências e de todas as tècnicas que possam contribuir para o estudo e salvaguarda do património monumental.
- A conservação e o restauro dos monumentos visam savalguardar a obra de arte como o testemunho histórico.
- A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua adaptação a uma função útil á sociedade: esta afectação é pois desejavél mas não pode nem deve alterar a disposição e a decoração dos edifícios. É assim dentro destes limites que se devem conceber e que se podem autorizar as adptações tornadas necessárias, exigidas pela evolução dos usos e dos costumes.
- O monumento é inseparável da História – da qual é testemunho – e também do meio em que está situado. Por conseguinte, a deslocação do todo ou de uma parte de um monumento não pode ser tolerada, a não ser no caso em que a salvaguarda do monumento o exija, ou quando razões de um grande interesse nacional ou internacional o justifiquem.
- Toda a intervenção deve ser acompanhada de documentação gráfica e depois arquivada, recomendando-se a sua publicação.

Todavia, esta carta foca-se mais no conjunto de regras a ter em conta no edifício ou monumento a reabilitar deixando um pouco de lado os principios a ter em conta para nucleos de centros e cidades históricas no seu conjunto.

Carta de Amesterdão de 1975

Decorria o ano Europeu do Património Arquitetónico de 1975 promovido pelo Conselho da Europa, daqui surgiu a Carta Europeia do Património Arquitetónico, onde os princípios desta foram de seguida reforçados com uma Declaração, denominada por Carta de Amesterdão.

Este documento tem como princípios os seguintes pontos:

- "1.º O património arquitectónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as

nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído.

- 2.º A encarnação do passado no património arquitetónico constitui um ambiente indispensável ao equilíbrio e ao desabrochar do homem.
- 3.º O património arquitetónico é um capital espiritual, e cultural, económico e social de valor insubstituível.
- 4.º A estrutura dos conjuntos históricos favorece o equilíbrio harmonioso das sociedades.
- 5.º O património arquitetónico tem um valor educativo determinante.
- 6.º O património está em perigo, pelo abandono, especulação imobiliária, urbanismo destruidor.
- 7.º A conservação integrada afasta as ameaças.
- 8.º A conservação integrada requer o emprego de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos.
- 9.º A participação de todos é indispensável ao sucesso da conservação integrada.
- 10.º O património arquitetónico é um bem cumum do nosso continente.” (Justicia, 2008, p.382-383)

Em suma, neste documento fica assim assentido que é possível uma adptação
dos edifícios antigos com uma reabilitação assentes nos principais valores da arquitetura ficando os mesmos providos das exigências comtemporâneas.

Carta de Granada de 1985

Esta carta denominada como Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa pretende vincular os Estados membros do Conselho da Europa a acolher medidas de salvaguarda do património arquitetónico.

Assim é afirmado que é necessário fazer acordos sobre as orientações de uma política comum, que deve garantir e salvaguardar o património arquitetónico.

De referir, que esta carta foi dividida em vários artigos onde se salienta a contratualização com os Estados nomeadamente a :

- “adoptarem medidas de cariz legeslativo e financeiro para ajuda a intervenções de conservação do património arquitetónico;
- consciencializarem a opinião pública da importância do património como factor de identidade cultural;

- considerarem a protecção do património arquitectónico um objectivo prioritário de planeamento urbano;
- Promoverem programas de desenvolvimento das técnicas e materiais tradicionais, bem como a função das diversas profissões envolvidas na conservação do património
- Cordenarem as politícas de conservação com os outros países que ratifiquem este documento, favorecendo a troca de experiência e conhecimento."

Documento de Nara de 1994

No ano de 1994, foram realizados dois encontros pela UNESCO, ICOMOS e ICCROM com a intenção de discutir o tema da autenticidade, o primeiro realizado em Bergen, Noruega e o segundo em Nara, Japão.

Este documento foi relevante na medidada em que refere bastantes aspectos fundamentais entre eles:

> "Ponto 3 - O Documento de Nara sobre a autenticidade está concebido no espírito da Carta de Veneza de 1964, e acrescenta-a e aumenta-a em resposta ao crescente objetivo das preocupações e dos interesses do património cultural no nosso mundo contemporâneo.
>
> Ponto 6 - A diversidade do património cultural existe no tempo e no espaço, e exige o respeito pelas outras culturas e por todos os aspetos dos seus sistemas de crenças. Nos casos em que os valores culturais parecem estar em conflito, o respeito pela diversidade cultural exige o reconhecimento da legitimidade dos valores culturais de todas as partes.
>
> Ponto 7 -Todas as culturas e todas as sociedades estão enraizadas em formas e em meios particulares de expressão tangível e intangível que constituem o seu património, e que devem ser respeitados.
>
> Ponto 8 - É importante sublinhar-se um princípio fundamental da UNESCO, por cujo efeito o património cultural de cada um de nós é o património de todos nos. A responsabilidade pelo património cultural e pela sua gestão pertence, em primeiro lugar, à comunidade cultural que o gerou e a cujo cuidado ficou, subsequentemente.

> Mas, para além destas responsabilidades, a adesão às cartas e convenções internacionais desenvolvidas para a conservação do património cultural, também obriga à consideração dos princípios e das responsabilidades delas decorrentes. É altamente desejável que cada comunidade equilibre os seus requisitos próprios com os de outras comunidades culturais, desde que consiga este equilíbrio sem minar os seus valores culturais fundamentais.
>
> Ponto 10 - A autenticidade, considerada por esta forma e afirmada na Carta de Veneza, aparece como o fator essencial de qualificação respeitante aos valores. A compreensão da autenticidade desempenha um papel essencial em todos os estudos científicos sobre o património cultural, no planeamento da conservação e do restauro, bem como no âmbito dos procedimentos de inscrição usados pela Convenção do Património Mundial e de outros inventários do património cultural.
>
> Ponto 11 - Todos os julgamentos acerca de valores atribuídos às propriedades culturais, bem como a credibilidade das correspondentes fontes de informação, podem diferir de cultura para cultura, e mesmo dentro de cada cultura. Não é, por isso, possível basearem-se os julgamentos de valores e de autenticidade de acordo com critérios fixos. Pelo contrário, o respeito devido a todas as culturas exige que as propriedades de património sejam consideradas e julgadas dentro dos contextos culturais a que pertencem.
>
> Ponto 12 - Por essa razão, é da maior importância e urgência que, dentro de cada cultura, seja estabelecido o reconhecimento da natureza especifica dos seus valores culturais, bem como da credibilidade e da veracidade relativas às fontes de informação."

Em suma, deste documento resultam "(...) amplos valores patrimoniais, ligados aos valores da "memoria viva", de onde se ganha um novo realce da permanência de técnicas, estilos decorativos e materiais tradicionais onde o "saber fazer" evidencia uma substância que torna tão ou mais importante como a preservação pura e simples dos materiais construtivos." (Aguiar, 2002, p. 103)

Capítulo III

O DECRETO-LEI 163/2006

3.Normas de acessibilidade gerais

Define-se como normas de acessibilidade gerais a forma como o espaço urbano e o espaço edificado tem de garantir um modo de utilização autónomo entre todos os utilizadores na sociedade atual.
Como indica o Decreto-Lei 163/2006, começa por referir que as pessoas com mobilidade reduzida têm direito a necessidades especiais conforme previsto na constituição da república portuguesa.
No conjunto de pessoas com necessidades especiais estão incluídas as pessoas com mobilidade condicionada, isto é, as pessoas em cadeiras de rodas, as pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, as pessoas com dificuldades sensoriais (como cegas ou surdas) e as pessoas que passam por uma fase condicionada (como grávidas, crianças e idosos).

Apesar de todas estas pessoas estarem incluidas no mesmo grupo, cada uma tem diferentes necessidades. As barreiras fisícas com que uma criança é confrontada não são as mesmas de um idoso, tal como as de um cego não são as mesmas de uma pessoa em cadeira de rodas, nem as de uma grávida são iguais às de um surdo. Porém, e como será abordado mais à frente, as normas técnicas de acessibilidade do Decreto-Lei definem parâmetros espaciais minimos com base na antropometria de uma pessoa em cadeira de rodas ou com base nas necessidades de uma pessoa com dificuldades sensoriais. Então, podem estes parâmetros espaciais minimos gerar situações de falta de adequabilidade entre pessoas com diferentes tipos de mobilidade condicionada? Ainda que, não faça parte dos obectivos da análise ao Decreto-Lei responder a esta questão, faz-se a sua exposição para que possa ser alvo de atenção e discussão futura.

O actual Decreto-Lei 163/2006, de 8 de Agosto, que veio substituir o anterior D.L. no 123/97, de 22 de Maio, foi aprovado com o intuito de combater de forma mais eficaz a exclusão social que as barreiras físicas impõem às pessoas de mobilidade reduzida. Segundo o referido Decreto-Lei, o seu antecessor falhava pela insuficiência das soluções propostas e pela "(...) sua fraca eficácia sancionatória, que impunha, em larga medida, apenas coimas de baixo valor (...)". [D.L. 163/2006, de 8 Agosto]

No entanto, a sua grande novidade reside, sobretudo, no alargamento da aplicação das normas técnicas de acessibilidade aos edifcios habitacionais. E, desde logo, é claro o obectivo face à construção nova: "(...) evitar a entrada de novas edificações não acessíveis no parque edificado português (...)". [D.L. 163/2006, de 8 Agosto] Mas, de que forma encara a legislação em vigor a resolução do problema da acessibilidade nos edifícios habitacionais existentes?

É precisamente sobre este ponto que se enquadra a leitura analtíca e critica do presente Decreto-Lei, através da qual se procurará compreender de que forma se aplicam as normas técnicas no âmbito das intervenções de reabilitação, bem como identificar eventuais problemas, excessos ou incompatibilidades existentes face à sua aplicação.

3.1. O decreto-Lei

A análise dos artigos do D.L. 163/2006, de 8 de Agosto, que na sua totalidade é constituído por 26 artigos, não pretende ser uma critica analtíca exaustiva de cada um, quer-se antes salientar aqueles que parecem ser mais relevantes à investigação e os que de alguma maneira suscitaram dúvidas e questões.

Em dois artigos do Decreto-Lei é possível ler o seguinte:

- No nº3 do artigo 2º, âmbito de aplicação: "as normas técnicas sobre acessibilidades aplicam-se ainda aos edifícios habitacionais." [D.L. 163/2006, de 8 Agosto]

- No nº1 do artigo 3º, Licenciamento e autorização: "as câmaras municipais indeferem o pedido de licença ou autorização necessária ao loteamento ou a obras de construção, alteração, reconstrução, ampliação ou de urbanização, de promoção privada, referentes a edifícios, estabelecimentos ou equipamentos abrangidos pelos n.º 2 e 3 do artigo 2.º, quando estes não cumpram os requisitos técnicos estabelecidos neste decreto-lei." [D.L. 163/2006, de 8 Agosto]

Segundo estes artigos, as normas técnicas de acessibilidade aplicam-se aos edifícios habitacionais, devendo as mesmas ser satisfeitas nas obras de construção, alteração, reconstrução ou ampliação.

No nº2 do artigo 3º é definido que as obras de alteração ou reconstrução em edifícios referidos no nº 1 do mesmo artigo, á existentes à data de entrada em vigor do Decreto-Lei, não podem ser recusadas com fundamento na desconformidade com as normas técnicas de acessibilidade, desde que cumpram duas condições cumulativas: "(...) que tais obras não originem ou agravem a desconformidade com estas normas e se encontrem abrangidas pelas disposições constantes dos artigos 9.º e 10.º." [D.L. 163/2006, de 8 Agosto]

Ora, o artigo 9º estabelece o prazo que as instalações, edifícios, estabelecimentos e espaços circundantes á existentes têm para se adaptar às normas estabelecidas no D.L. 163/2006, de 8 de Agosto. Todavia, os prazos de adaptação às normas técnicas de acessibilidade apenas são referentes aos nos 1 e 2 do artigo 2º, ou seja, equipamentos colectivos e espaços e edifícios públicos. A mesma situação é também constatável no artigo 10º, Exceções.

Assim, atendendo a que as disposições dos artigos 9º e 10º não abrangem os edifícios habitacionais verifica-se que o definido no no 2 do artigo 3º não se aplica aos edifícios habitacionais á existentes, tendo as obras de alteração ou reconstrução de cumprir as normas técnicas de acessibilidade.

No entanto, aquando do Projeto de revisão do *D.L. 163/2006*, o nº2 do artigo 3º foi reformulado, deixando as duas condições referidas de serem cumulativas, para agora ler-se: "(...) desde que tais obras não originem ou agravem a desconformidade com estas normas no caso dos edifícios habitacionais ou equipamento público, ou se encontrem abrangidas pelas disposições constantes dos artigos 9.º e 10.º " [Projeto de revisão do D.L. 163/2006]

Deste modo, as obras de alteração e reconstrução em edifícios publicos, á existentes à data da entrada em vigor do Decreto-Lei, não podem ser recusadas com fundamento na desconformidade com as normas técnicas de acessibilidade, desde que essas obras não origem ou agravem as desconformidades com as normas.

No artigo 10º (exceções), o nº8 refere que aplicação das normas técnicas a imóveis classificados ou em vias de classificação, é avaliada caso a caso e adaptada às características do edifício em causa, ficando a sua aprovação dependente do parecer da Direção Regional da Cultura. Ou seja, estabelece-se a proteção dos valores destes edifícios face à sua adaptação às normas técnicas. Contudo, os edifícios que não estão abrangidos

por esta classificação e que também são património ficam sujeitos a intervenções especulativas, visto não se prever a proteção dos seus valores aquando da sua adaptação às exigências normativas.

Um ponto que suscitou algumas dúvidas foi o no 4 do artigo 2º, onde se refere que "as presentes normas aplicam-se sem prezar das contidas em regulamentação técnica específica mais exigente." [D.L. 163/2006, de 8 Agosto]

Tal como foi possível esclarecer, as situações de maior exigência prendem-se a questões de uso(s) dos espaços, variando em sua função a regulamentação a aplicar. Por exemplo, um corredor até 1,5 m de comprimento pode, segundo o definido no D.L. 163/2006 sobre acessibilidades, ter uma largura mínima de 0,9 m, contudo, se esse corredor coincidir com um percurso de evacuação é exigido uma largura mínima maior, passando a ser aplicado a regulamentação mais exigente, neste caso, o Decreto-Lei 220/2008 sobre segurança contra incêndios.

Por último, salienta-se que os espaços e edifcios públicos existentes (que constam nos nos 1 e 2 do artigo 2º), cuja construção é anterior a 22 de Agosto de 1997, devem ser adaptados às normas técnicas num prazo de 10 anos, contado a partir do momento em que o Decreto-Lei entra em vigor (no 1 do artigo 9o).

Perante estes casos, o no 1 do artigo 10º prevê três situações em que não é exigvel a sua adaptação às normas técnicas de acessibilidade: "(...) quando as obras necessárias à sua execução seam desproporcionadamente dificeis, requeiram a aplicação de meios económico-financeiros desproporcionados ou não disponveis, ou ainda quando afectem sensivelmente o património cultural ou histórico, cujas caractersticas morfológicas, arquitectónicas e ambientais se pretende preservar." [D.L. 163/2006, de 8 Agosto].

Isto é fundamental relativamente à actuação nos espaços e edifcios históricos não habitacionais, pois permite a protecção dos seus valores patrimoniais, ainda que estas excepções devam ser devidamente justificadas.

3.2. Plano Nacional de promoção de acessibilidade

A promoção da acessibilidade é uma questão chave para atingir os quatro objetivos da estratégia do Conselho Europeu de Lisboa: aumentar a competitividade, alcançar o pleno emprego, reforçar a coesão social e promover o desenvolvimento sustentado. Tal como referido no Relatório da Comissão Europeia «2010: Uma Europa Acessível a Todos» (Fevereiro de 2004), a acessibilidade deve ser considerada de forma global e integrada em todos os domínios da ação política (construção, saúde, segurança no trabalho, tecnologias da informação e da comunicação, concursos públicos para adjudicação de equipamentos, estudos ou trabalhos, educação, recriação e lazer, etc.) e deve concretizar-se em coordenação com todos os agentes envolvidos (da política social, do planeamento urbano e do território, das tecnologias da informação e das comunicações, da construção civil, dos transportes e outros).

A acessibilidade ao meio físico edificado, aos transportes e às tecnologias da informação e das comunicações, a par da mudança de atitudes da população em geral face às pessoas com deficiência, constitui uma condição indispensável para o exercício dos direitos de cidadania por parte destes cidadãos.

O (PNPA), é assim um documento que procede à sistematização de um conjunto de medidas para proporcionar às pessoas com mobilidade condicionada ou dificuldades sensoriais, a autonomia, a igualdade de oportunidades e a participação social a que têm direito como cidadãos.

Pontos relevantes:

- Documento estruturante sustentado na Estratégia de Lisboa para a criação de acessibilidades no meio físico edificado, nos transportes e nas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e tecnologias de apoio (TA) a todos os cidadãos sem exceção.
- Decorre da Lei nº 38/2004, de 18 de Agosto (Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência) e é uma prioridade do XVII Governo Constitucional.
- Integra um conjunto de medidas as quais visam a construção de um sistema global coerente e homogéneo de acessibilidade para proporcionar às pessoas com mobilidade condicionada ou dificuldades sensoriais, condições que lhes permitam autonomia e mobilidade em igualdade com os restantes cidadãos, eliminando os

riscos de exclusão e discriminação.

- Este Plano vai decorrer em dois períodos: 1º até 2010 e o 2º de 2011 a 2015. As medidas previstas e a desenvolver no 2º período serão equacionadas em 2010, na sequência de avaliação e propostas para implementação futura.
- Ao INR, IP, cabe divulgar, acompanhar e dinamizar a execução das medidas do Plano, bem como, desenvolver as Ações pelas quais responda diretamente (e fá-lo-á em articulação com o (PAIPDI).

Contudo interessa sublinhar que, para além de ser um imperativo de cidadania, a promoção da acessibilidade é, também, uma oportunidade para inovar e para promover a qualidade, a sustentabilidade e a competitividade.

A aplicação do PNPA considera dois horizontes temporais. Para o período até 2010 são definidas as medidas e ações concretas, indicando os respetivos prazos de concretização e promotores. As ações para o período de 2011 a 2015 serão definidas durante o 2.º semestre de 2010 em função de um ponto de situação sobre a aplicação do PNPA. Embora os objetivos pretendidos com a aplicação do PNPA se enquadrem nestes dois horizontes temporais, entendeu-se considerar importante definir medidas e ações concretas e exequíveis, embora se reconheça a dificuldade em planificar a uma distância superior a três/quatro anos.

Capítulo IV

SOLUÇÕES PARA AUXILIO A ACESSIBILIDADE EM PORTUGAL

4. Soluções para auxilio a acessibilidade em Portugal

A abordagem às soluções existentes em Portugal foi realizada em simultâneo com o início do projecto de reabilitação da quinta da Conceição para escola de música.

Esta análise teve como base a máxima recolha de elementos e mecanismos de acessibilidade em várias empresas que trabalham no mercado Português.

Assim, depois de uma pesquisa foi realizada uma recolha de dados relativos ás soluções existentes, porém estas imformações nem sempre são exactas e são abordadas nos sites de maneira superficial e sem o detalhe ou pormenorização pretendida. Tendo em conta esta situação, proceder ao contacto com algumas das empresas foi a solução encontrada.

Deste modo, foi possível obter resultados mais esclarecedores acerca de dimensões, materialidade dos produtos e encontrar soluções de mercado que não estavam contempladas nos sites das empresas.

Contúdo, as soluções apresentadas são na sua grande maioria adptáveis ao tipo de habitação em estudo (que no caso é a casa senhorial outrora pertencente à Quinta da Conceição que será abordada mais a frente nesta dissertação) onde a excepção encontrada será na aplicação de estruturas como plataformas, cadeiras de escada em paredes de estrutura de tabique ou outro sistema construtivo de fragilidade similar a esta.

Quando proposto uma adaptação a um equipamento como o caso do elevador a ser colocado no espaço a reabilitar é possível apurar que o desenho pode ser ajustado á solução do projecto, onde a cabine exterior é desenhada pelo arquiteto, no caso de se pretender utilizar uma plataforma embutida no pavimento existente também pode ser escolhido o revestimento, adaptando-o conforme o projecto, de qualquer forma, existem os que não podem ser reajustados nem adptados a outro tipo de materiais ou dimensões como o caso das plataformas elevatórias aplicadas para vencer pequenos desníveis (a excepção da plataforma embutida) ou as cadeiras de escada e as plataformas verticais para vencer um só piso.

Os elevadores

Mais detalhadamente pode perceber se que na categoria dos elevadores temos duas hipoteses, existem portanto elevadores eléctricos e hidruáulicos.

Assim, observa-se que as diferenças entre estes são mais significantes não tanto no seu desenho mas no seu consumo, comparatvamente os hidráulicos são um pouco mais lentos e menos ecológicos devido ao grande consumo de óleo onde a manutenção tem custos mais elevados, enquanto para um desempenho igual os eléctricos com a mesma utilização consomem mais energia.

As duas soluções atingem uma velocidade até 1 m/s ou de 1,6 m/s e um curso máximo de 20/21 metros de altura, no caso dos ascensores hidraulicos, e de 45 metros de altura nos eléctricos. Porém este tipo de elevadores pode ser adaptado na sua caixa que habitualmente é de betão mas também pode ser desenhada em estruturas metálicas e revestidas a vidro ou outro tipo de material mais leve que o betão.

Ainda que os elevadores sejam na maioria das vezes de medidas standard é possível instalar um ascensor de medidas personalizadas.

Contúdo, para que um elevador seja acessível a pessoas de mobilidade reduzida as medidas minímas devem cumprir o estipulado no Decreto-Lei 163/2006, onde a cabine interior tem de garantir 1,1 m de lagura por 1,4 m de comprimento enquanto a caixa exterior tem, quando as guias estão colocadas na parte de trás 1,35 m por 2,1 m e 1,65 m por 1,75 m quando a guia se encontra na parte lateral.

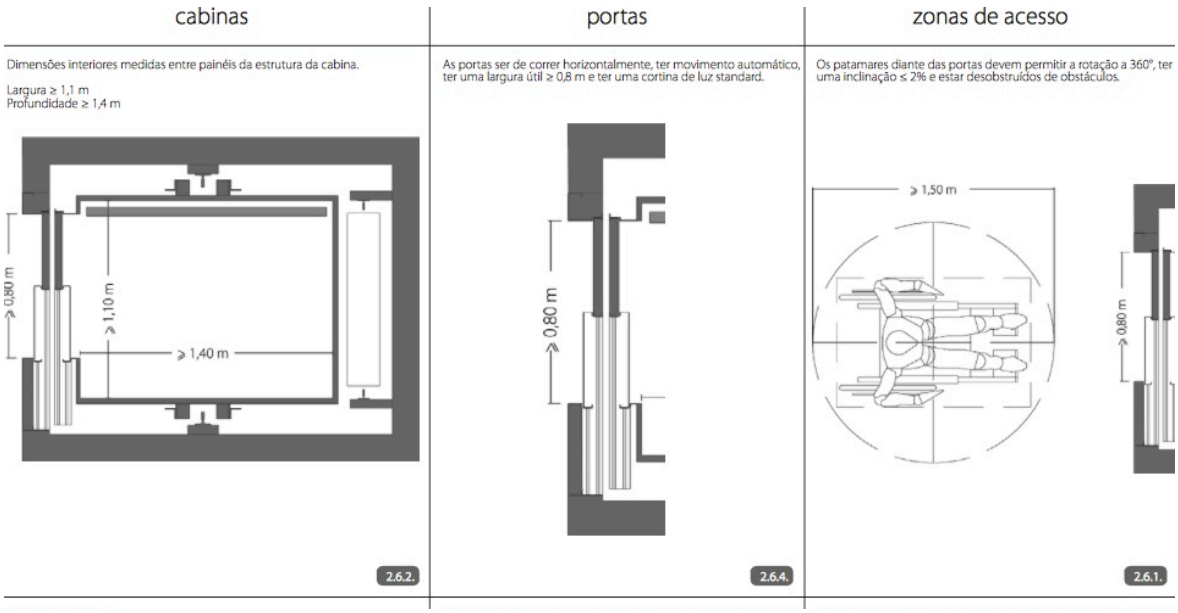


Fig.1Quadro de cacarterísticas de elevador estipulado no D.L. 163/2006



Fig. 2 Elevador interior em estrutura metálica



Fig. 3 Pormenor do elevador interior da fig. 2



Fig. 4 Elevador exterior em extrutura metálica

As Plataformas verticais

Estes sistemas de caracter idêntico aos elevadores podem atingir até um máximo de 15 metros mas uma velocidade de deslocação menos eficaz (cerca de 0.15 m/s) que a de um elevador, daí resoltarem em sistemas bastante mais lentos e não muito eficazes para habitações ou equipamentos públicos com mais de três pisos.

Todavia, este tipo de equipamento é bastante mais fléxivel em termos de dimensionamento pois são regidas pela directiva de maquinas e não pela de elevadores, o que leva a um a uma aplicação menos exigente na questão do espaço ocupado pois conseguem libertar mais expaço no interior da cabine não sendo necessário tanto espaço para a caixa exterior ocupando por sua vez menos área no local onde vão ser instaladas.

Como exemplo, um espaço específico de aplicação com 2 metros de comprimento por 1,24 metros de largura consegue uma cabine interior de 1 metro por 1,5 metro enquanto o mesmo espaço para um elevador a cabine interior fica com 1,32 metro por 0,98 metro. Por fim as profundidades do poço nas plataformas é bastante menor entre 0,1 e 0,3 m, comparativamente com o necessário para um elevador que exige cerca de 1,10 metro.

Ainda para soluções não tão exigentes ao nível de numero de pisos existe uma plataforma vertical que vence um único piso no total de 3,5 metros de altura comercializada pela empresa lifetech que por a sua estrutura ser autoportante nao necessita de qualquer tipo de caixa exterior nem de paredes portantes para fixações de estrutura da mesma, assim o espaço onde é istalada a plataforma fica livre na sua totalidade no piso onde nao se encontra.

Estas plataformas são no entanto como acontece com as plataformas verticais comercializadas com medidas standard, mas podem ser fabricadas com medidas específicas.

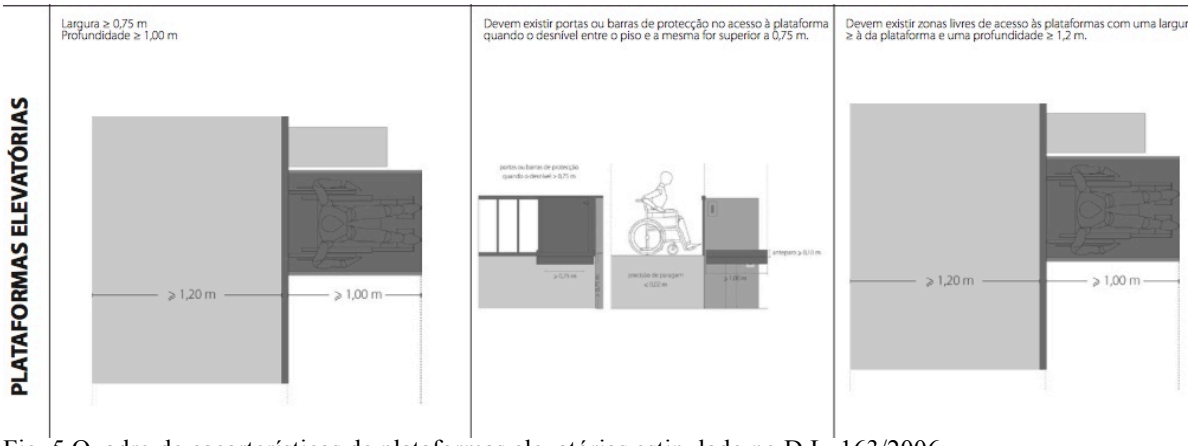


Fig. 5 Quadro de cacarterísticas de plataformas elevatórias estipulado no D.L. 163/2006

Cadeiras sobre escadas

Este sistema é maioritariamente para pessoas de mobilidade reduzida, mas que não se desloquem em cadeira de rodas, estes mecanismos são usualmente intalados em habitações ou espaços privados, onde não é possível a colocação de sistemas de plataformas sobre escadas (sistema abordado mais a frente) contúdo podem ser instalados nos espaços públicos.

Estas cadeiras necessitam de pouco espaço para a sua aplicação quando comparado ao de uma plataforma sobre escada.

Consoante os modelos escolhidos pode-se optar por modelos de interior ou exterior e ainda relativamente aos percursos podem ser aplicadas em escadas de formato rectos, curvos ou helicoidais, relativamente a fixação esta é executada por pequenos pinos de material metálico aparafusados na estrutura da escada, onde é importante reter que estes equipamentos numca podem ser aplicados em inclinações desde 23º a um máximo de 60º.

Plataformas sobre escadas

Este sistema é adaptável á semelhança das cadeiras sobre escadas para interior e exterior, realizam percursos rectos para escadas de "tiro" e percursos curvos para escadas com mais de um lanço com patamares intermédios ou degraus curvos.

O curso efectuado varia entre duas medidas a primeira até um máximo de 1,8 metro e a segunda até 8 metros de comprimento.

Aqui importa salientar que a inclinação da escada é relevante na medida em que a instalação destes mecânismos só pode ser aplicada entre 20º e 45º, apesar de existir algumas marcas que podem vencer inclinações até um máximo de 65º.

Contúdo este mecanismo tem uma capacidade de carga limitada entre 190 kg a 250 kg, que depende do valor de inclinação da escada.

Como acontece na instalação das cadeiras sobre escadas o sistema de fixação é igual ou similar, estas plataformas podem ser fixas por pinos ao pavimento ou caso seja possível á parede.

Por fim, importa salientar que estes modelos de equipamentos não existem em Portugal contúdo existem empresas revendedoras que comercializam os produtos com as dimenções adquadas aproximadas ás normas definidas pelo D.L. 163/2006, de 8 Agosto, que nunca pode ser inferior a 0,75 m de largura por 1m de comprimento.



Fig.6 Cadeira sobre escada



Fig. 7 Cadeira sobre escada

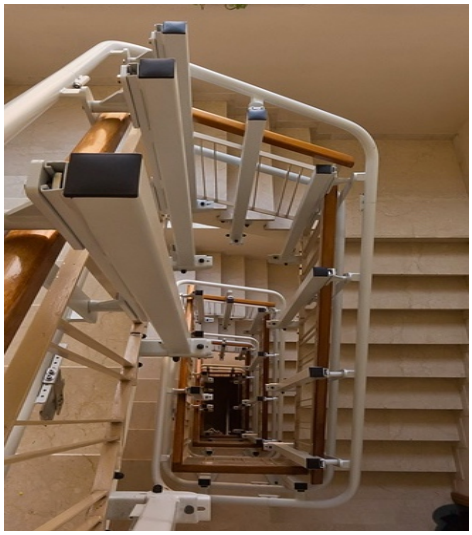


Fig. 8 Plataformasobre escada



Fig. 9 Plataforma sobre escada

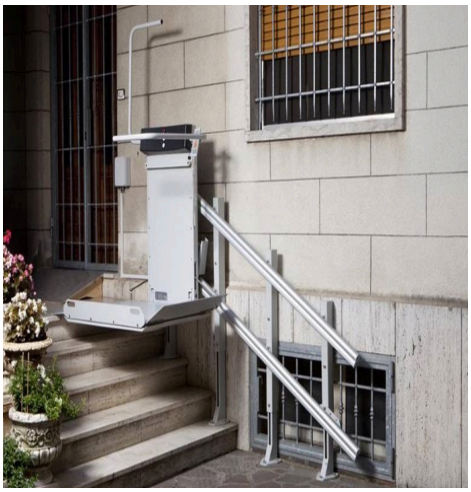


Fig. 10 Plataforma sobre escada exterior

Plataformas elevatórias de pequenos desníveis

Estes sistemas para pessoas de mobilidade reduzida apresentam algumas hipóteses de escolha, existem plataformas embutidas em pavimento, escadas convertiveis em plataforma elevatória e plataformas verticais para desníveis até 1,8 metros.

As plataformas embutidas no pavimento são normalmente aplicadas no patamar inferior a escada e, além de movimentos verticais, manobram também num movimento de translação, e podem ser colocadas em espaços interiores e exteriores.

Os modelos disponíveis têm por base uma elevação máx. de 0,5 metros, mas existe um modelo especial com uma elevação máxima de 0.78 metros.

As dimencões da plataforma vão de 0,94 m de largura a 1,50 m de comprimento, onde as dimenções do poço acrescem 0,04 m em largura por 0.1 m em profundidade.

Quando em funcionamento vertical as laterais da plataforma elevam-se por forma a existir uma barreira de segurança.

Contudo este tipo de equipamento não pode ser usado em pavimentos desnivelados.

As escadas convertíveis em plataforma elevatória é como o nome indica, uma escada possível de transformar em plataforma elevatória que pode ser utilizada por pessoa em cadeira de rodas ou com outro tipo de dificiência motora.

A grande característica deste equipamento é não esta sujeito a transformações estruturais, apenas é necessário que o pavimento seja de nível e exista corrente eléctrica.

Estas estruturas estão disponíveis em duas dimensões, são elas de 0,8 m e 0,9 m de largura.

O máximo de altura não pode exceder o valor de 1,25 metros enquanto o numero de degraus pode variar entre o minimo de três e o máximo de seis, calculados de acordo com a altura a vencer.

Por fim, as plataformas vertícais são utilizadas para cursos máximos de 2 metros de altura, excepto alguns modelos da empresa Liftech e Liftime que podem ir até os 3 metros.

Podem ser colocadas em interior e exterior, e têm uma capacidade de carga até 300kg.

Quanto ao modo de funcionamento estas mecanismos existem em dois sistemas, ou seja, um funciona através de um sistema hidraulico em “tesoura” e funcionam na maioria das vezes sem caixa autoportante recorrendo a guias laterias para segurança do utilizador, por outro lado a segunda opção movimenta-se através de uma guia vertical fixa na parede.

Estas têm normalmente dimenções base de 0,76 m de largura por 1m de comprimento, mas é possível soluções até 0.85 m por 1,05 m.



Fig. 11 Escada convertivel



Fig. 12 Plataforma de pequno desnivel exterior



Fig. 13 Plataforma de pequeno desnível interior

Mecanismos portáteis

Aqui identifica-se dois sistemas deste tipo de equipamento para pessoas de mobilidade reduzida, existe portanto as rampas metálicas e os trepadores de escada.

As rampas existem em vários modelos sendo eles portáteis, fixos ou telescópicos, compostos por peça única ou dobráveis, o material de fabrico é por norma alumínio perfurado, para fácil limpeza e manutenção com revestimento de borracha nas superfícies superiores.

Estes meios portáteis para fácil transporte também estão sujeitos a determinados padrões de dimenção sendo eles relativamente às rampas portáteis, a mais curta de 0.55 m de comprimento recomendadas para um desnível até 0,1 m e onde a rampa mais longa pode chegar aos 3 metros de comprimento sendo esta aconselhada para desníveis até 0,6 metros, sendo a carga máxima até 400kg.

As do tipo fixo operam de modo diferente, são constituidas sempre por duas peças de apoio uma na parte superior outra na parte inferior da rampa entre as quais são colocados módulos centrais para que o conjunto ganhe a resistência desejada.

Os trepadores de escada são outro tipo de macanismo portátil apesar de só poder ser usado por pessoas de mobilidade reduzida quando estão com um acompanhante, estes permitem subir e descer escadas a pessoas em cadeiras de rodas manuais.

Estes trpadores apresentam dois sistemas: um escala os degraus através do sistema de "lagartas" e o outro através de rodas, estando o primeiro limitado a inclinações máximas de 40º e a uma altura de degraus com uma altura não superior a 0,22 m, já os modelos de rodas estão apenas limitados à altura dos degraus, que podem atingir os 0,23 m.

Contúdo, estes têm características em comum, permitem uma capacidade de carga compreendida entre 130kg e 160kg, que varia com a inclinação da escada.

Também as dimenções são iguais necessitando de patamares com um minímo de 0,9 por 0,9 m para a realizar a manobra de viragem caso seja necessário, ocupando uma largura de 0,76 m.

Por fim, é agora possível após esta análise de soluções de auxílio a acessibilidade em Portugal perceber que existem dois grandes grupos de mecanismos onde um permite vencer pequenos desníveis sendo eles as plataformas sobre escadas, plataformas verticais para pequenos desníveis, rampas metálicas e trepadores de escada e outro grupo que permite aceder a grandes desníveis como os elevadores, plataformas verticais, plataformas e cadeiras sobre escadas.



Fig. 14 Rampa portátil



Fig. 15 Rampa telescópica



Fig. 16 Cadeira trepadora



Fig. 17 Trepadores de escadas



Fig. 18 Rampa fixa

CAPÍTULO V

A CASA NOBRE DO XVIII AO XIX EM PORTUGAL

5. As casas nobre do século XVIII ao XIX

Este tipo de habitação existe em maior abundância no Norte do país, observando as características destas casas senhoriais e dos elementos decorativos, fruto das tradições culturais, religiosas e costumes de uma determinada época, consideram alguns autores que a casa solarenga ou senhorial são as "casas que melhor definem um estilo de vida português",(Azevedo Carlos, 1969, volume I, p. 9-10) porque existe uma mistura de estilos que define a evolução destas habitações ao longo dos anos, as quais foram sofrendo inúmeras alterações.

A antiguidade e a história portuguesa explicam a existência da abundância das casas senhoriais, onde se destaca a mais antiga com a denominação de casa-torre. "Sendo que os primeiros exemplares surgem no Norte, associados às primeiras guerras, normalmente ora entre a nobreza ora de reconquista, sendo construídas casas e respetivas torres com esse carácter defensivo." (Amaral Augusto Ferreira, 2007, p.45). Assim, temos conceitos diferentes, o conceito de torre é diferente do conceito de castelo. "Castelo é um núcleo forte onde os senhores e o Rei se reuniam e abrigavam, é uma construção real ou nobre, a habitação do nobre, é o local de refúgio para a população e que ao longo dos tempos se foram tornando mais complexos." (Azevedo Carlos, 1969, volume II, p.20)

Este tipo de torres, aparece como elemento decorativo ou como representação da nobreza que aliada à escadaria e brasão ostentavam um ar de dignidade e riqueza das famílias. A casa-torre tinha requinte e servia assim para a afirmação do poder.

As torres começam assim a ter alguns elementos de decoração, como é o caso das janelas, que surgem no século XV, e começam a ser um sinal de evolução. "Existem variados tipos de casas, como a casa senhorial constituída por uma ala residencial adossada a uma torre (a que é mais frequente), a casa que adota duas torres e um corpo de ligação, um corpo central (como exemplo do Paço de Calheiros (Fig.19), e da Casa das Torres Fig.20)) e temos ainda a casa em que a torre ocupa posição central (a mais rara)." (Paiva Amélia da Silva, 2004, volume I, p.32)

"Ao longo do tempo vai existindo determinados adornos que demonstram evolução e uma certa modernidade e conforto. Surgem assim as chaminés que testemunham um certo

estatuto e conforto. Surge ainda o pátio fechado que se conserva por muitas épocas." (Azevedo Carlos, 1969, volume III, p.39)

Assim distingue-se um contraste entre Norte e o Sul de Portugal. No Norte existe um "apego" ao medieval, a arquitetura não evolui tanto. No Sul há uma maior evolução, do que é novo, por razões que se podem explicar com a continuidade ou não dos seus habitantes ou muitas das vezes pelos usos e costumes que vão adquirindo.

Todavia no início do século XVI, a casa nobre adquiriu outras dimensões, eram criadas novas dependências para diferentes funções. As casas antigas foram reaproveitadas, ampliadas e restauradas. As habitações não eram construídas de raiz, por norma iam sendo alteradas, sofriam ampliação e melhoramentos, e isso proporcionou a sobreposição de épocas e de estilos.

Contudo o século XVIII, foi "o século por excelência da casa nobre". (Azevedo Carlos, 1969, volume VII, p.98)



Fig. 19 Paço de Calheiros, Ponte de Lima



Fig. 20 Casa das Torres, Ponte de Lima

5.1.Modelos de casas senhoriais em formato U

No século XVII, na época de transição entre o maneirismo e barroco, aparece a casa de planta em U. Inspirando-se numa planta de origem Francesa, a tipologia em U torna-se popular durante o século XVII, estendendo-se até o século XVIII. É principalmente neste tipo de habitação, que vamos deparar com uma idealização sistemática e lógica e uma precisão até então desconhecida. As plantas das casas eram mais regulares, havia alguma resistência em aceitar a arquitetura barroca, que estava agora difundir-se pela Europa. Contudo o século XVIII, foi "o século por excelência da casa nobre". (Azevedo Carlos, 1969, volume VII, p.98). As varandas começaram a desempenhar um papel cada vez mais importante no séc. XVIII. É nos séculos XVII e XVIII que a casa nobre portuguesa, começa a desenvolver o pátio murado. Foi neste período que houve a tentativa de agregar a capela à casa, como aconteceu anteriormente com a torre, surgem agora elementos bastante caracterizadores da casa setecentista em Portugal, "é exemplo disso, as escadarias de lanços opostos, linha baixa, fachadas mais elaboradas, os beirados salientes, as capelas agregadas, dois pisos onde o superior era o andar nobre por excelência, janelas com cornijas dobradas, surgem também as portadas com outra importância que na casa seiscentista por fim a torre e a pedra de armas compõem este novo modelo da casa nobre em Portugal." (Ferreira Alves, 2007, p.397)

O Renascimento na Europa em Portugal tem uma arquitetura clara e estável, no barroco é mais dinâmica com um espírito dramático, as fachadas (muito importantes no Norte) exploram o conjunto casa-natureza. Por sua vez este tipo de modelo tende a desenvolve-se na horizontal, as casas são constituídas por dois andares – o de cima, o andar nobre, aqui as janelas aparecem mais ricas em elementos decorativos. No piso inferior existem os celeiros e as adegas.

Todavia, é notório um contraste na própria casa, a escadaria de carácter forte e dinâmico contradiz com a casa por sua vez estática. Na casa nobre as plantas são conservadoras, sem inovações. Contudo começam a ser mais ricas, com paredes de azulejos, tetos pintados e as salas de elevado pé direito. Mais tardiamente as paredes são pintadas com variados motivos. Demonstram uma maior riqueza nos adornos que ostentam. Há uma tentativa de

relacionar a casa com os jardins. Surgem os jardins com muros decorados e bastantes ornamentados.

Em certas habitações, "menos abastadas, a decoração é mais contida, reservada apenas à capela da casa, que demonstrava uma maior ostentação, evidenciando a importância da capela, como sentido religioso e espiritual." (Azevedo Carlos, 1969, volume V, p.68) "As portadas são, em última análise, o cartão de identificação, dão um ar condigno à casa e dignificam-na, fazem a barreira entre o privado e o público."(Paiva Maria, 2004, volume I, p.126) Em resumo, como Carlos de Azevedo identificou, estes são os elementos que melhor definem a casa nobre setecentista.

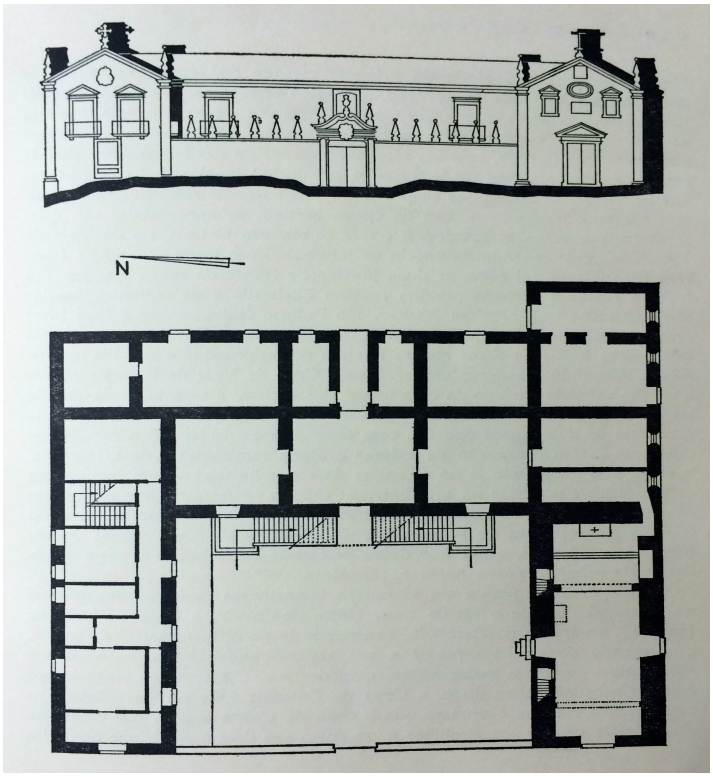


Fig. 21 Alçado e planta Casa vale das Flores, Braga



Fig. 22 Fotografia de alçado frontal Casa Vale das Flores, Braga

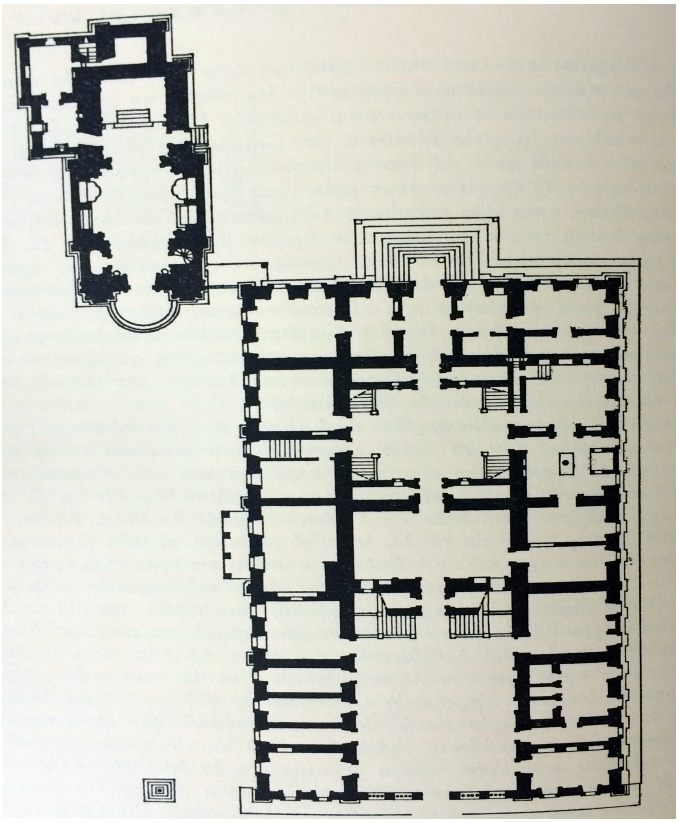


Fig. 23 Planta do Solar de Mateus, Vila Real

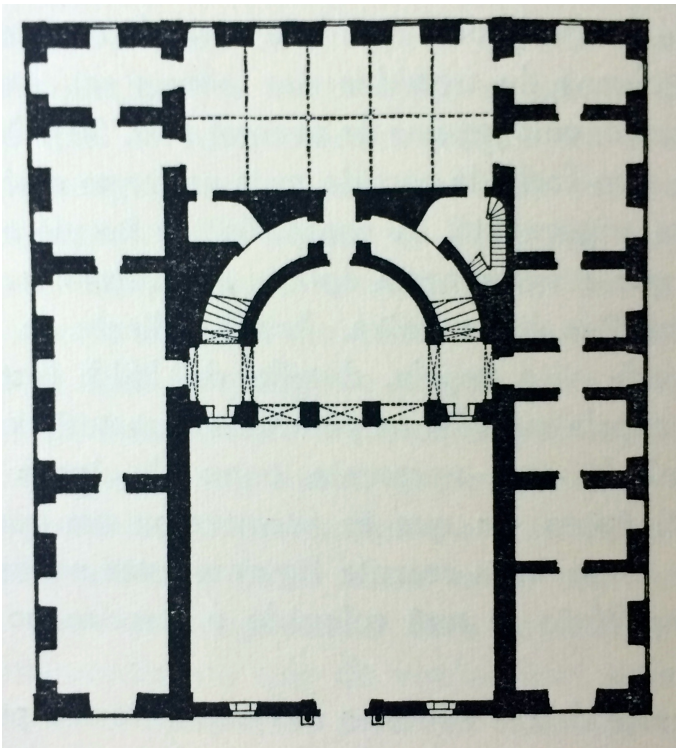


Fig. 24 Planta do Palácio Galveias, Lisboa

5.2.Materiais e Sistemas construtivos da casa do século XVIII e XIX

Antes de passar a explicar a forma como foi abordada a acessibilidade na reabilitação do projeto para escola de música no próximo capítulo, é importante fazer uma breve descrição dos materiais e sistemas construtivos presentes na casa nobre do norte de Portugal a fim de dar a conhecer que por vezes os mecanismos existentes para apoio a acessibilidade geral nem sempre são possíveis de aplicar nos espaços por características próprias dos edifícios antigos onde ás vezes o caso dos sistemas construtivos ou materiais e técnicas usados no passado são um entrave.

"(...) Os materiais da construção da arquitetura permaneceram, durante muitos séculos imutáveis - os que hoje designamos de materiais tradicionais: a pedra, a madeira, a cal, a argila, a areia e certos metais - só com a revolução industrial e particularmente com o advento do betão armado nos finais do século XIX, se inicia uma verdadeira revolução dos sistemas construtivos, com a invenção de novos materiais e técnicas, num processo que dura até ao presente. (...) ". (Teixeira Joaquim, 2004, p.28)

Assim, faz-se de uma forma sucinta a descrição sumária do que era a construção na época da casa senhorial, contudo é relevante salientar que não se pretende entrar numa descrição detalhada, mas sim apenas mostrar os diversos elementos construtivos deste tipo de habitação.

Contudo, as dimensões dos elementos são dados de forma a entender-se que estas casas tinham quase a ideia de standardização de muitos dos elementos pois de casa para casa percebe se que não variam muito em termos de modelos e dimensões.

As paredes das fachadas são em alvenarias de granito, de aparelho irregular tendo muitas das vezes 70 centímetros de espessura; o revestimento interior é realizado com rebocos á base de argamassas de saibro e cal, com acabamento estucado podendo ser na sua maioria pintado, ou revestido a outro material mais nobre como azulejo no caso do século XIX.

As estruturas dos pisos são constituídas por um conjunto de vigas em forma de paus rolados com cerca de 25 cm de diâmetro, afastados entre si 50 cm e flanqueados em duas

faces para receber o soalho e o teto. Estas vigas começam e terminam com uma viga encostada as fachadas ou a paredes estruturais no meio da habitação, que depois é devidamente travada por tarugos com 18 cm de diâmetro na perpendicular afastados entre eles cerca de 150 a 180 cm. Os pavimentos são revestidos por tábuas normalmente com 3cm de espessura e de 20cm ou mais de largura com comprimentos assimétricos, assente diretamente nos paus rolados.

Os tetos quando não são de maceira ou caixotão de madeira, são revestidos e acabados em gessos, seguros por um fasquio, que por sua vez são pregados a estruturas intermédias de barrotes com dimensões de 5cm por 7cm, com espaçamento entre si de 50 cm.

Passando ás coberturas, são na sua maioria de constituídas por asna simples até ao século XVIII, e a partir do séc. XIX, começa a ser utilizada uma asna de maior complexidade vulgarmente apelidada de asna de pendural. Todavia independentemente do tipo usado o travamento usado é feito através do pau de fileira e das madres no topo e a meio das pernas, respetivamente, e a transição para a tacaniça é realizada por dois rincões apoiados no pau de fileira e no contrafrechal, entre as paredes das fachadas. Todos estes elementos, a exceção do contrafrechal e de partes que compõem a asna de pendural, são vigas de pau rolados como as usadas no vigamento dos pisos. Contudo sobre esta armação do telhado é colocado o varedo, no qual é pregado o contra ripado que vai receber a telha vã (telha substituída posteriormente pela telha do tipo Marselha pois a anterior não tinha modo de fixação a não ser com argamassas).

Ainda de coberturas é possível verificar que "(...) com raras exceções todas estas habitações apresentam, de uma maneira ou de outra, qualquer espécie de construção suplementar, as mais das vezes de tabique, que ora se enxerta no telhado e lhe aproveita o vão, como as trapeiras, ora se eleva acima dele, como os mirantes, que podem ser recuados ou à face da fachada." (Oliveira, 2003, p. 351) Nos modelos de trapeiras será aplicada a parede de tabique simples reforçado, a qual é "(...) constituída por barrotes de secção quadrangular, com 7 cm de lado, dispostos em forma de prumos, frechais, travessanhos, vergas e escoras." (Teixeira, 2004, p.113) Esta armação é revestida por um tabuado de 2 cm de espessura, ao qual pelo interior se prega um fasquio, que recebe um acabamento semelhante ao das paredes das fachadas e, pelo exterior, é colocado um ripado, para receber o revestimento em reboco, azulejo, soletos de ardósia ou chapa zincada, consoante

a época.

“As paredes interiores, de compartimentação e da caixa de escadas, eram igualmente construídas em tabique simples ou tabique simples reforçado.” (Teixeira, 2004, p. 46) Nos modelos da casa nobre aplicar-se-á unicamente a parede de tabique simples de tabuado duplo, que se julga ter sido utilizada a partir do final do século XVIII, pois, com todas as modificações que as casas anteriormente construídas sofreram, é muito provável que as suas paredes interiores tenham sido reerguidas neste sistema mais recente.

Por fim um dos elementos principais das casas eram as escadas. - As escadas das casas podem ter dois lanços, três lanços ou ortogonais. No entanto, todas seguem o mesmo princípio de construção: o vigamento do sobrado é interrompido, recorrendo-se a cadeias e chincharéis para formar os patamares das escadas; os lanços são constituídos por duas ou três vigas pernas, dependendo da largura das escadas, estando apoiadas nas candeias dos patamares; sobre as pernas são colocadas as tábuas dos cobertores e dos espelhos dos degraus, com 4 cm e 2 cm respetivamente.

CAPÍTULO VI

A PROPOSTA DE ACESSIBILIDADE NA REABILITAÇÃO

6.Os problemas de acessibilidade na casa nobre

É relevante salientar neste ponto os principais problemas para a acessibilidade na casa senhorial, para tal é feita uma sintese de problemas encontrados nesta tipologia de habitação.

Com o levantamento realizado na casa selhorial da quinta da Conceição foi possível perceber de imediato alguns dos impedimentos básicos á acessibilidade, entre eles, os degraus elevados em todas as portas de entrada do piso 0 ; a inexistência de istalações sanitárias acessíveis e o acesso vertical entre os pisos, que é realizado apenas por uma escadaria central.

Contudo, existem ainda outros problemas a considerar nestes edifícios, como a largura de corredores existentes que por vezes até contemplam as medidas mínimas regulamentadas mas não permitem em algumas zonas as manobras de rotação (360^0) de uma pessoa em cadeira de rodas. As portas de passagem entre as divisões da casa são também um problema, quando abertas só uma folha, as mesmas não garantem as medidas mínimas previstas no D.L. 163/2006. A destacar ainda a impossível acessibilidade ao piso da cobertura (águas furtadas) pela insuficiente altura de pé-direiro disponível para a instalação de um elevador ou equipamento comparável sem recorer a alteração da cobertura do edificio.

Relativamente ao acesso do espaço exterior no edifício os problemas de maior relevância são os acessos dos terraços aos jandins pela diferença acentuada de cotas entre estes elementos de ligação - habitação/jardins.



Fig. 25 Soleira elevada, porta de entrada



Fig. 26 Escadas de acesso á entrada principal



Fig. 27 Instalação sanitária existente



Fig. 28 Escada principal interior



Fig. 29 Desniveis existentes no interior



Fig. 30 Porta de duas folhas interior



Fig. 31 Acesso ás águas furtadas



Fig. 32 Desniveis de cotas existente no exterior

6.1. Casos de estudo – a acessibilidade em equipamentos públicos reabilitados

A grande maioria dos problemas na acessibilidade a edifícios antigos decorrem muitas das vezes pelas constantes mudanças da sociedade actual, pois as preocupações com a sociedade estão em constante mudança, assim é preciso estar em constantes adptações para uma qualidade de vida cada vez melhor da população.

Todavia para adptar um projecto como este, de reabilitação e reconversão, (de casa senhorial a equipamento público) é necessário recorrer ao apoio de projectos de reabilitação que tenham comtemplado esta temática da acessibilidade geral para conseguir algumas referências.

Para tal, a recém reabilitação da igreja e torre dos clérigos, situada na baixa da cidade do Porto é dos exemplos mais recentes e notáveis a este nível, pois tornou-se acessível a pessoas com mobilidade reduzida, em 87 % do percurso.

A Torre dos Clérigos, local de forte carga cultural e patrimonial para a cidade do Porto e para o país, recebe então este "acesso geral a todos", nas palavras da arquiteta Lia Ferreira, Provedora Municipal dos Cidadãos com Deficiência. "A mensagem é muito simples. Nós podemos estender os limites da inclusão, ou seja, podemos esbater os limites daquilo que se considera ser impossível. Eu pretendo devolver a cidade ao cidadão, devolver a cidade às pessoas, e não apenas à pessoa com deficiência, porque todos somos potenciais pessoas com deficiência ou incapacidade, porque as mesmas surgem com o avanço da idade", explica a arquiteta.

O percurso acessível deste edifício é agora composto por uma rampa de acesso desde a cota da entrada até a um elevador, que se desloca até à Sala A +, no quarto andar. No seu interior, a sala integra uma cápsula cilíndrica (produzida a partir da sobreposição de painéis de cortiça) que tem ao seu redor sete monitores que transmitem, em tempo real, as imagens que são capturadas por câmaras, posicionadas estrategicamente, na direção dos pontos cardeais, no cimo da torre.

O objetivo foi trazer o topo da Torre dos Clérigos a todos aqueles que, por razões diversas, não conseguem lá chegar.

Contudo, o Arquiteto João Santos consegue assegurar o acesso físico a todas as outras partes do edifício, (á exceção da torre e coro alto) com a colocação de um núcleo central que integra elevador e instalações sanitárias nos vários pisos do monumento.

Outro caso de estudo a ter em conta na conceção do projeto de acessibilidades foi a antiga Cadeia da Relação reabilitada e reconvertida em Centro Português de Fotografia pelo Arq. Souto Moura e Arq. Humberto Vieira. Este projeto recorre a uma rampa fixa em pedra de granito com 2,58 por 1,08 cm para acesso ao interior.

A entrada e saída é feita através da colocação de uma porta em vidro de duas folhas com 1,30 m cada uma com abertura para o exterior.

Já no interior do edifício constituído por três pisos, o acesso ao primeiro piso onde se encontra o centro expositivo e a loja, é resolvido através de uma plataforma de escada fixa Modelo T – 100 para vencer o desnível de 9 degraus, com capacidade para 1 pessoa e 225 kg.

No mesmo piso foi prevista ainda a colocação da instalação sanitária adaptada a mobilidade reduzida.

Todavia, no acesso ao piso 2 e 3 do edifício os arquitetos recorreram a instalação de 2 elevadores, um com capacidade para 6 pessoas com uma largura de 80 cm e um com capacidade para 10 pessoas de 79 cm de largura usado também como monta-cargas.

Contudo, á a salientar que no piso 3 no acesso ao Núcleo Museológico António Pedro Vicente existe um pequeno desnível de 3 cm que não constitui de certa forma uma barreira na locomoção de pessoas com mobilidade reduzida.



Fig. 33 Acesso ao Piso 2 e 3, C.P.F.



Fig. 34 Plataforma sobre escada,C.P.F.



Fig. 35 Rampa de acesso ao edifício C.P.F.



Fig. 36 Rampa de acesso á praça do C.P.F.



Fig. 37 Rampa de acesso Igreja dos Clérigos



Fig. 38 Acesso á Igreja dos Clérigos



Fig. 39 Instalação do elevador e I.S.
Igreja dos Clérigos



Fig. 40 Sala A+

6.2. A proposta de intervenção na reabilitação da casa senhorial para escola de música

Para o projecto de reabilitação e reconversão da casa senhorial da Quinta da Conceição em Escola de Música é importante salientar antes de se apresentar a proposta de intervenção que o tema das soluções da acessibilidade tiveram sempre em conta um compromisso entre a proteção dos valores patrimoniais do edifício e a necessidade de garantir a acessibilidade dos utilizadores do mesmo.

Assim, esta solução de projeto procura uma intervensão minína por forma a conseguir prevervar ao máximo as características desta tipologia de casa senhorial do norte de portugal em formato U.

O programa de reabilitação para este edifício contempla assim a reconversão do mesmo em escola de música composto por áreas especificas entre elas 3 salas de ensaio colectivas, 6 salas de ensaio privadas, 2 salas de audição, áreas técnicas, bar, e zonas de serviço.

O projecto é dividido em duas áreas distintas, uma zona social e uma mais privada, sendo estas distribuidas em 2 pisos mais 1 na cobertura (águas furtadas).

A entrada principal, localizada no centro do edifício é marcada por uma escada de dois lanços que ladeia a mesma, esta porta dá acesso ao grande átrio que por sua vez distribui para a zona de bar, recpção, circulação vertical e para uma zona de salas de ensaio.

No piso 2, o andar nobre do edifício, encontram-se as grandes salas de audição interligadas entre si por tres salas para serviço de receção a eventos pontuais ao mesmo tempo que servem de circulação.

Todavia, este piso agrupa ao longo de um corredor central, contiguo a estas 3 salas, um conjunto de 6 salas privadas para ensaio.

No piso da cobertura, foram instalados os gabinetes e salas de reuniões de caracter administrativo, no aproveitamento das águas furtadas.

Deste modo, durante o desenvolvimento de ideias e propostas de intervenção para este edifício foi aplicado como base inicial, realizar apenas demolições de estruturas, paredes ou anexos que tenham sido construidas posteriormente e que não tivessem nada de relevante ou de valor histórico para o conjunto edificado do lugar.

Contudo, este projecto transforma e recria um novo modo de usar a casa nobre uma vez que o programa reconverte a mesma numa escola de musica.

Assim a entrada principal da casa por motivos funcionais e de acessibilidade é transferida para o piso terreo mas exactamente no mesmo eixo que se encontrava no piso 1 por forma a manter as características de simetria existentes.

As instalações sanitárias para acessibilidade reduzida são integradas no núcleo de casas de banho do piso 0, não hesistindo outras com os requisitos previstos no D.L.163/2006 por carência de área disponível no piso superior.

Por fim, é relevante salientar a transformação prevista no projecto para todas as portas interiores de dois batentes existentes no edifício. Esta transformação não substitui as mesmas, mas sim, o mecanismo de abertura tradicional por um que permite a abertura simultanea das duas folhas para garantir a largura a uma cadeira de rodas.

6.3. Proposta para acessibilidade aos pisos superiores e ao exterior do edifício

Quanto a soluções para a acessibilidade ás diversas áreas do edifício, a proposta prevê um meio mecânico para circulação vertical entre os dois pisos do edifício (piso 0 e piso 1),

Este mecanismo consiste na istalação de um elevador com as medidas minimas exigidas no D.L. 163/2006.

A localização escolhida teve em conta o funcionamento geral do edifício preservando os percursos originais, para tal, o elevador encontra-se na proximidade da escada interior e da zona escolhida para a receção, contúdo esta localização também se prende por dar igualdade de direitos a quem tem acessibilidade reduzida, situação que não acontece em muitos dos edificios reabilitados, ou seja, nesta proposta uma pessoa em mobilidade reduzida efectua o mesmo percurso dos restantes utilizadores.

Durante este trabalho, a opcão de equipamento escolhida foi determinada em função da área disponível existente no local da instalação e por ser a forma menos evasiva de instalar um sistema mecânico, uma vez que se encontra camuflado por uma caixa auto-portante.

No acesso ao piso das águas furtadas, a instalação de uma cadeira sobre escada foi a opção escolhida, na impossibilidade do elevador atingir este nível do edifício por não hesistir pé-direito livre entre o desvão da cobertura sem fazer alterações no projecto original da cobertura, contudo esta solução é pontual, uma vez que este piso não é de acesso geral mas sim uma zona de gabinetes reservados a administração da escola de música.

Relativamente ao acesso dos jardins e pátios exteriores este é garantido ao aceder ao piso 1 do edifício e sair por uma da portas sacada voltadas ao terraço, desta forma vence se a grande diferença de cotas entre o interior e os jardins em torno da habitação sem recurso á instalação de um elevador no exterior.

Tadavia o pátio posterior é possível ser acedido através do piso 0 por se encontrar á mesma cota sem necessidade de recorrer a qualquer meio mecânico, no projecto está prevista uma regularização de pavimento retirando os desniveis da soleiras das portas de entrada uniformizando todo o pavimento.



Fig. 41 Planta piso 0, demolições e novas construções

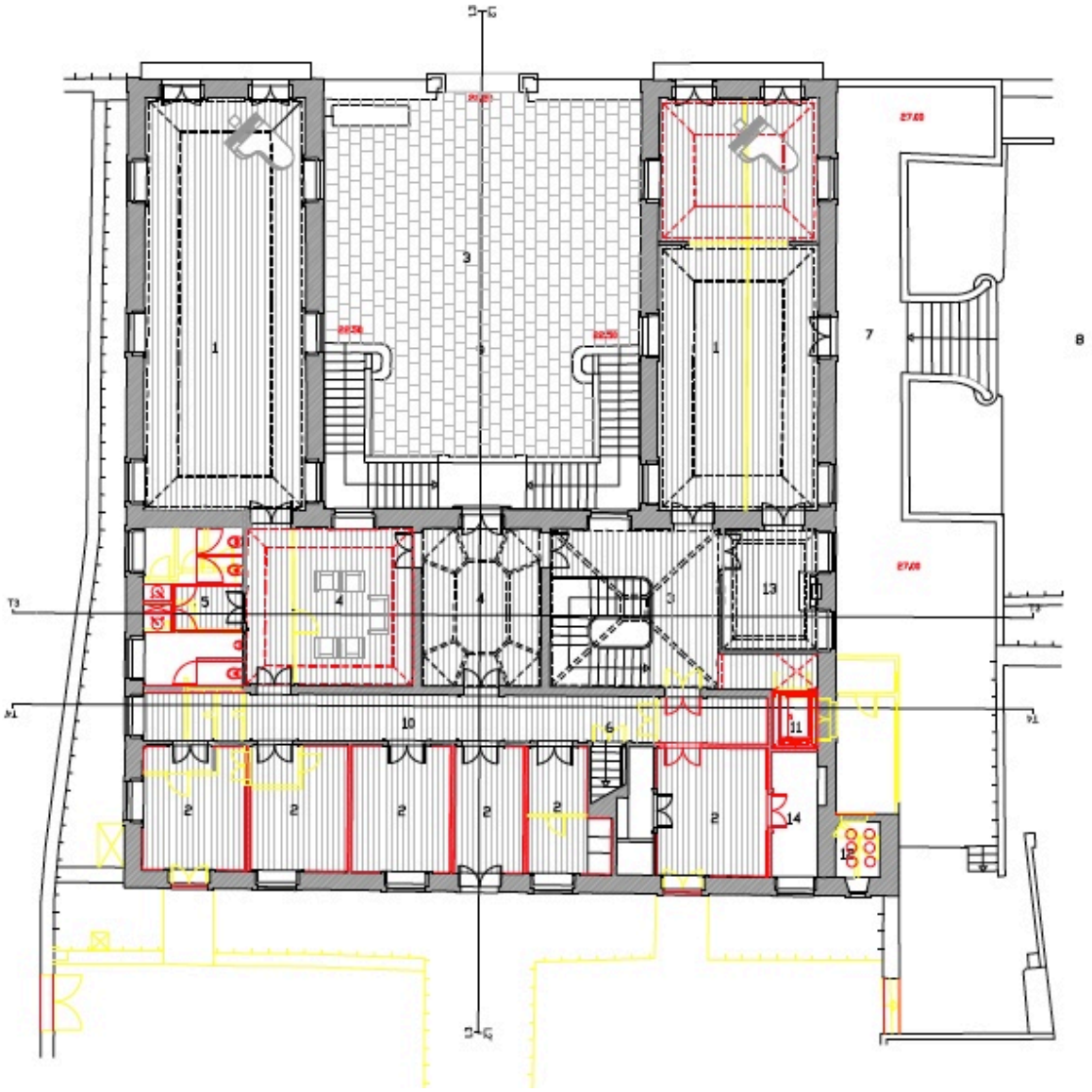


Fig. 42 Planta piso 1 demolições e novas construções

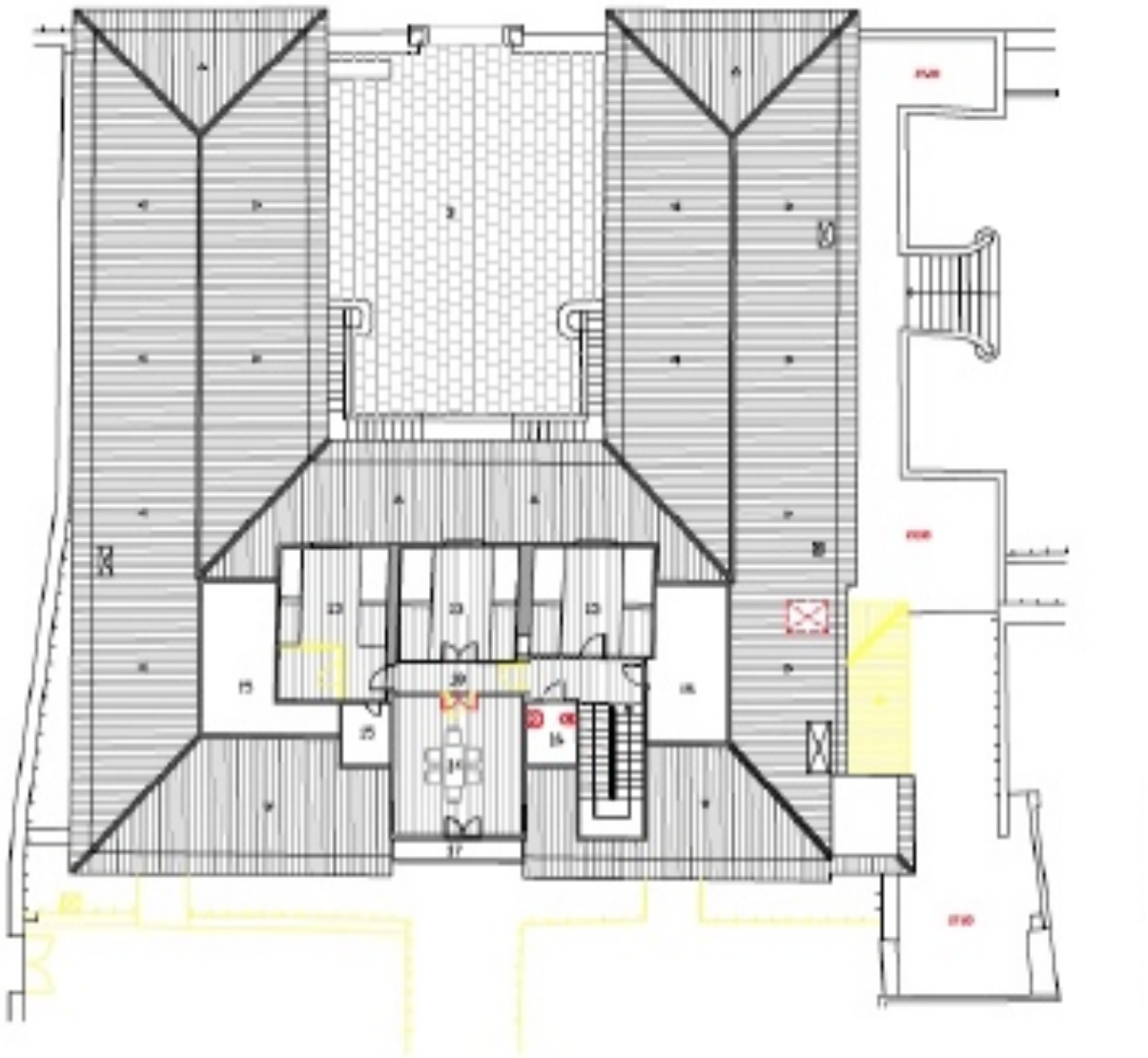


Fig. 43 Planta piso 2 demolições e novas construções

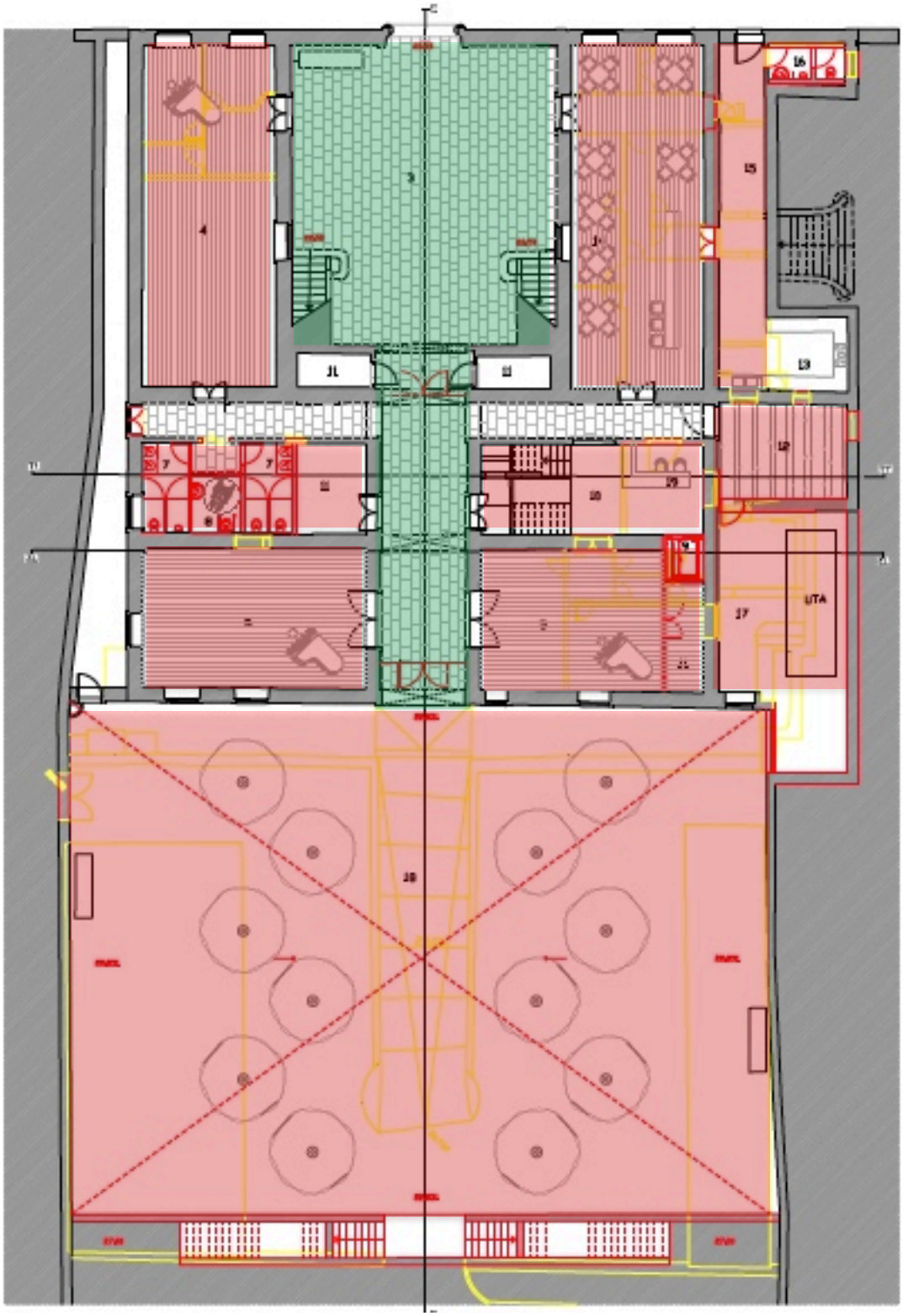


Fig.44 Planta de áreas acessiveis existente, piso 0 Acessível Não acessível



Fig. 45 Planta de áreas acessiveis proposta, Piso 0 Acessivel Não acessível

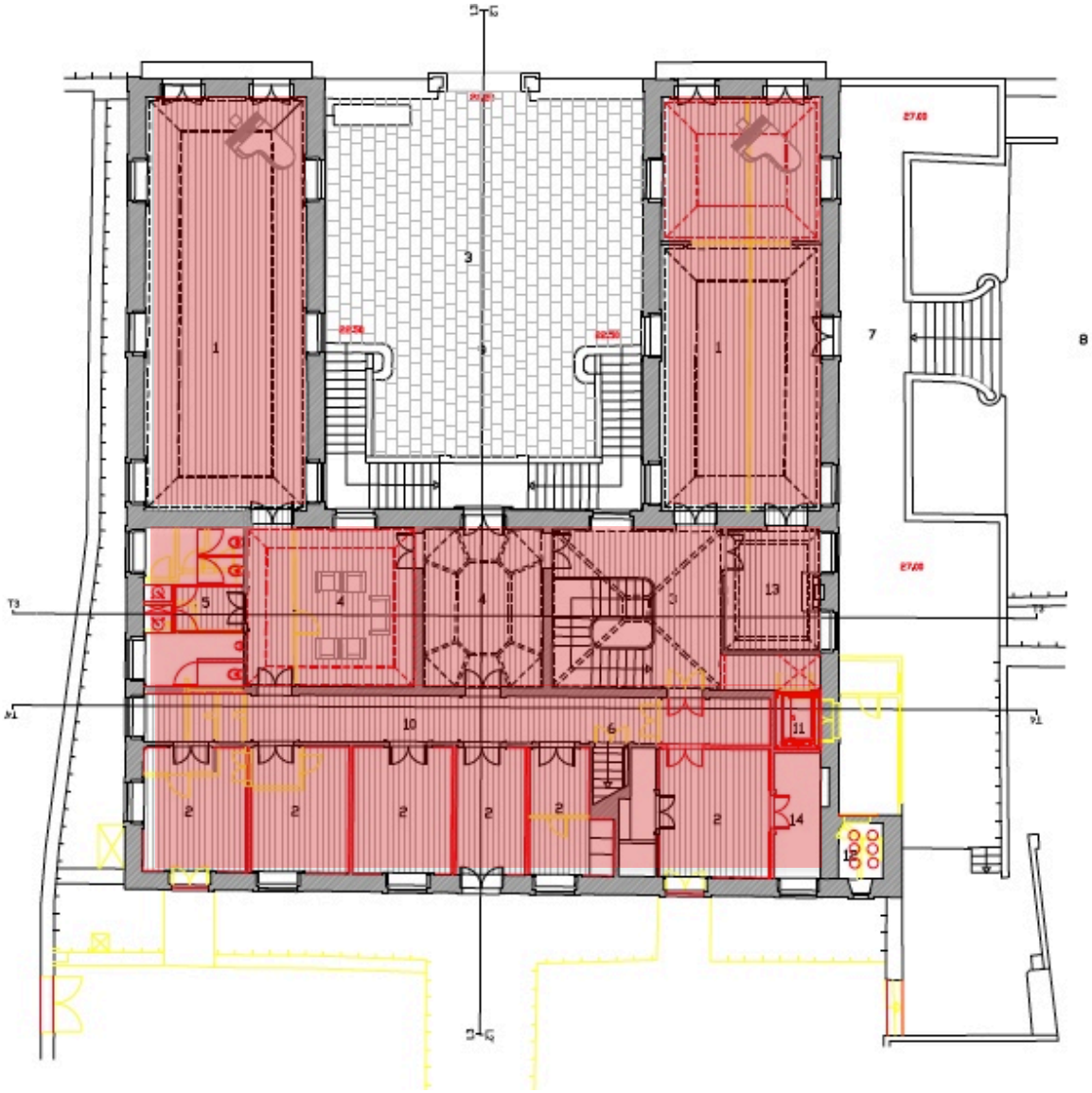


Fig. 46 Planta de áreas acessiveis existente, piso 1 Acessível Não Acessível

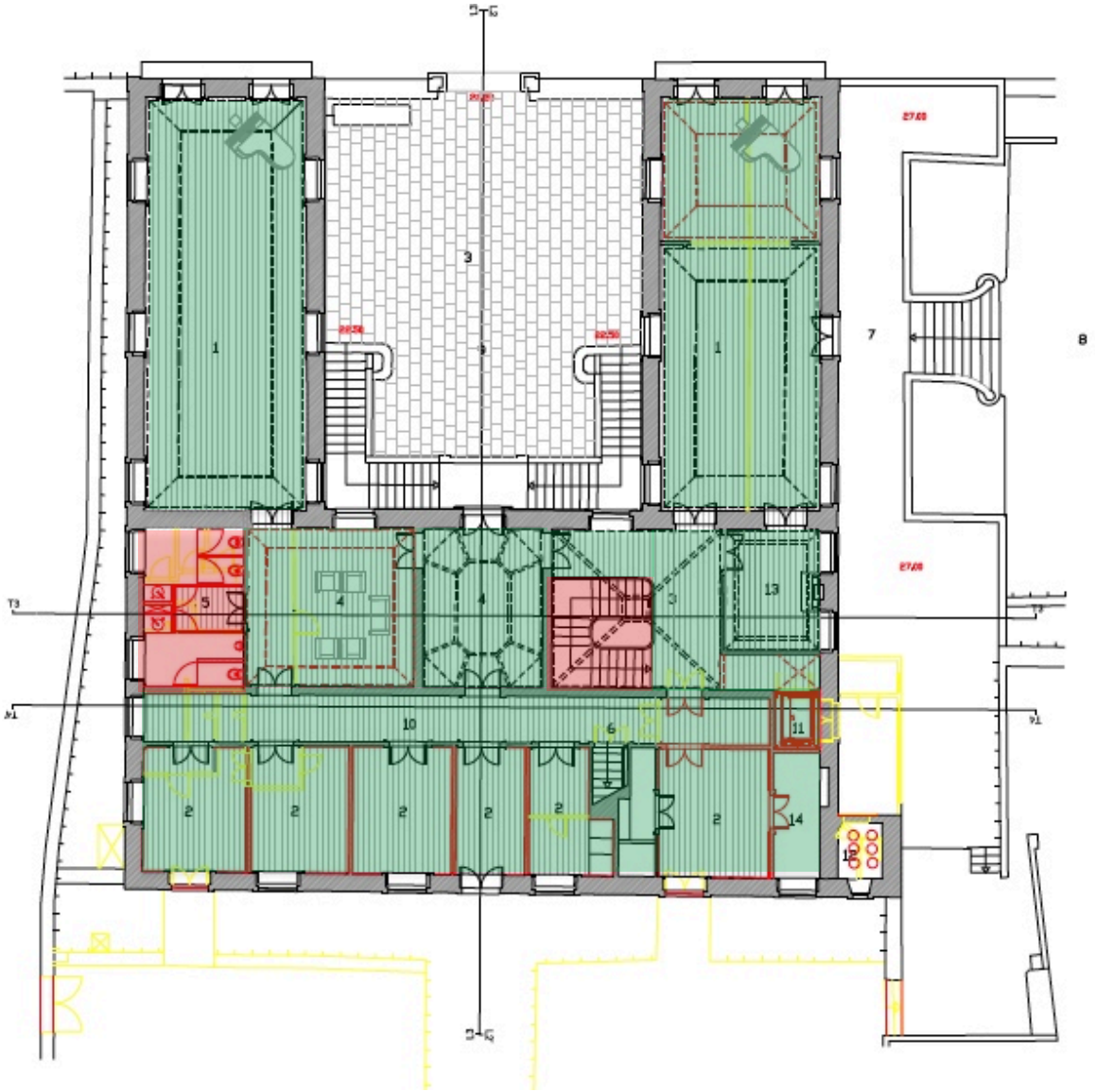


Fig. 47 Planta de áreas acessiveis proposta, piso 1 Acessível Não Acessível

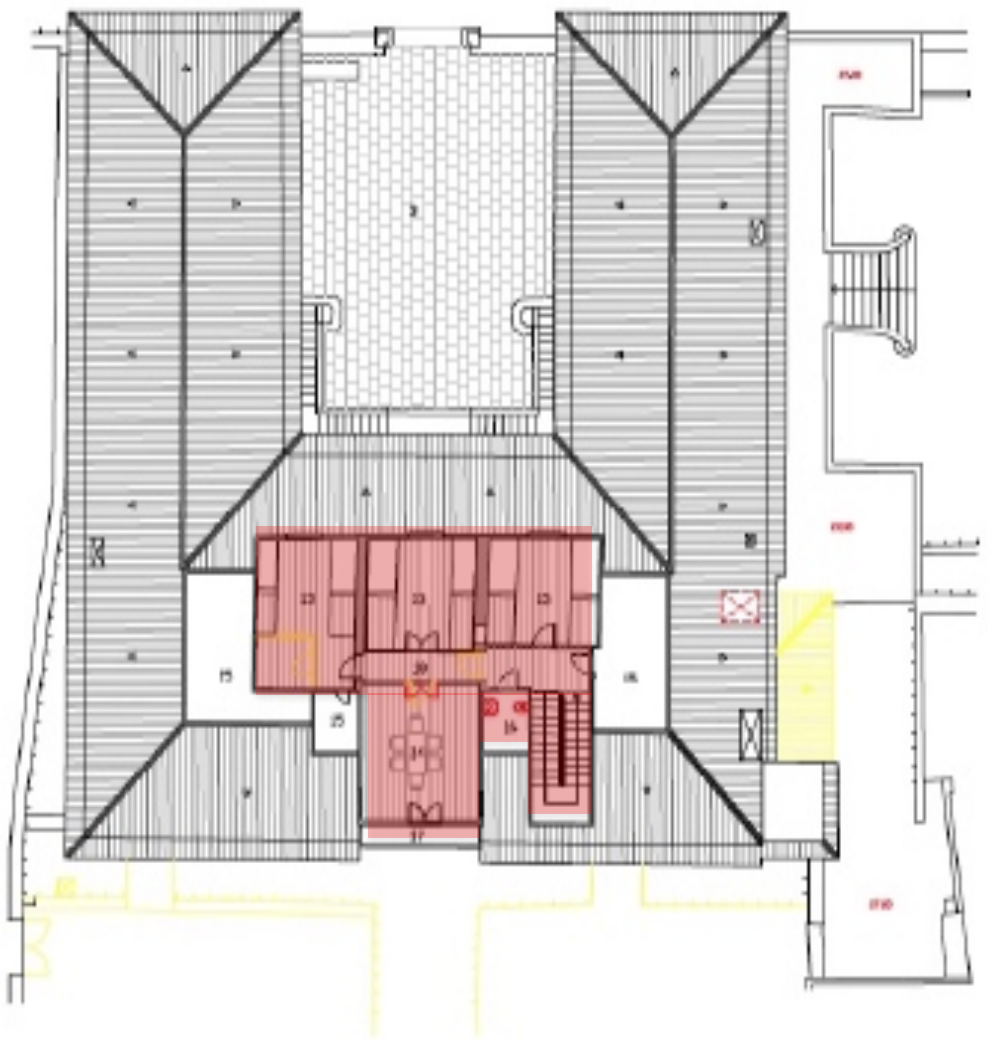


Fig. 48 Planta de áreas acessiveis existente, piso 2 – Cobertura Acessível Não Acessível

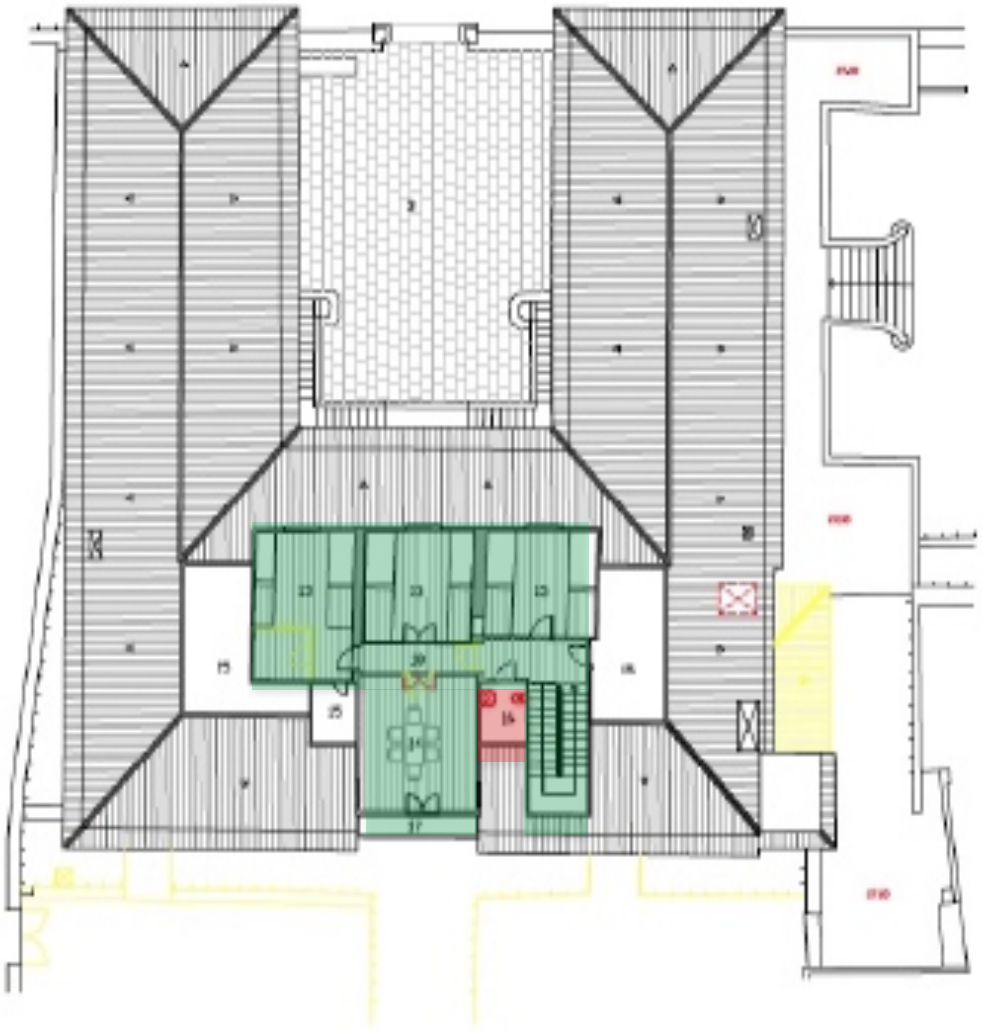


Fig. 49 Planta de áreas acessiveis proposta, piso 2 – Cobertura Acessível Não Acessível

CAPÍTULO VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.Considerações finais

Esta dissertação aborda o tema da acessibilidade na reabilitação da casa senhorial do séc. XVII a XIX.

Logo de início foi perceptível que este tema abrange uma grande escala, desde o espaço urbano até ao interior dos edifícios, sendo decidido abordar o problema só á escala da casa casa senhorial.

Todavia, o presente trabalho de investigação faz uma breve análise ao que é a reabilitação em Portugal focando temas como a evolução, consequências e trasformação dos edifícios antigos, dando uma contribuição para um conhecimento pessoal aprofundado sobre o tema.

Esta pesquisa sobre reabilitação permite perceber que o patrimonio edificado tem de ser preservado, e que é urgente deixar de lado a ideia de construir novo sobre o velho, dando uma falsa ideia do que é a reabilitação.

Contudo, é possível desenvolver várias regras de como intervir neste tipo de edifícios antigos como se percebe através da análise realizada a documentos internacionais.

Ao mesmo tempo, em relação ao D.L. 163/2006 é importante reter que o mesmo não prevê prazos para adptação dos edifícios antigos, contudo se estiverem previstas obras de extenção do edificio antigo estas devem de imediato cumprir obrigatóriamente os requisitos de acessibilidade geral a todos, mas para equipamentos publicos o documento refere que os mesmo se devem adptar se a sua construção for anterior a 1997, mas se as obras forem demasiadas ou de grandes recursos financeiros as adptações deixam de ser igualmente obrigatorias.

Porém, as normas técnicas de acessibilidade têm de ser tidas em conta na reabilitação por estas servirem de igual modo para os edificios novos e antigos, mas, de certo modo, é fácil constatar que as mesmas são mais difíceis de aplicar a um edifício já construido como o do caso de estudo ao contrário dos edificios construidos de raiz. Ou seja, no caso do projecto da escola de música as normas são aplicadas mas sempre de forma a contornar os problemas muita das vezes alterando as dimenções previstas, garantindo contúdo o aceso geral com a melhor qualidade possível numa simbiose entre uma boa reabilitação e a garantia de acessibilidade a todos os utilizadores de mobilidade reduzida.

Por fim, com o trabalho realizado é de real interesse que se perceba que é sempre possível garantir a acessibilidade geral a todos preservando a traça arquitetónica dos edifícios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

A.A.V.V., “Acessibilidade e mobilidade para todos”. Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto. Inova Porto, 2009

A.A.V.V., “Exemplos em Portugal – Acessibilidade”. Secretariado Nacional para a Reabilitação e integração das Pessoas em Deficiência. Lisboa, 1999

Appleton, J.,“Reabilitação de Edifícios Antigos: Patologias e Tecnologias de Intervenção”. Edições Orion, Alfragide, 2003

AGUIAR, José. ”A cidade do futuro já existe hoje. Algumas notas sobre a reabilitação urbana”. In ATIC Magazine, no 24. Lisboa: ATIC, Nov., 1999

AZEVEDO, Francisco de. “ Casas Senhorias Portuguesas: roteiro da viagem de estudos do IBI”. Internationales Burgen Institut, 1986

AZEVEDO, Carlos “Solares Portugueses, introdução ao estudo da casa nobre”. Lisboa, Livros Horizonte, 1969

AZEREDO, Francisco de. “Casas senhorias Portuguesas (Roteiro), Editora do Minho, 1986

CÓIAS, Vítor. “Guia prático para a conservação de imóveis”. 1o Ed. Lisboa: Dom Quixote, 2004.

DECRETO-Lei n.o 163/2006, de 8 de Agosto. *Diário da República, 1.a Sériie - N. 152*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

DONNELY, Jacqui. “Access: improving the accessibility of historic buildings and places”. Dublin, The Stationery Office, 2011

FREITAS, Vasco P. “Manual de apoio ao projeto de reabilitação de edifícios antigos”. Porto, Ordem dos Engenheiros da Região Norte e Faup, 2012.

FELICIANO, Ana Marta. “A casa senhorial como matriz da territorialidade: a região de Torres Vedras entre o tempo medieval e o final do antigo regime”. Caleidoscópio, 2015

FURTADO, José Mário Câmara. “Percorrer, habitar, representar: estratégias do projeto de Fernando Távora para a quinta da Conceição”. FAUP, 2015

JOKILEHTO, Jukka. “ A history of architectural conservation”. Butterworth-Heineman, 1ªedição, Oxford, 1999

MASCARENHAS, João. “Sistemas de construção *XII*- Reabilitação urbana*”*. 1o

Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2012.

SANTOS, Maria de Lurdes Alves dos. " Estudos de acessibilidade". Porto, Faup, 1991

STOOF, Anne de. "Palácios e casas senhoriais do Minho". Livraria civilização editora, 1993

VOZONE, Afonso. " A construção Escolar e a Integração do Dificiente (normas técnicas para projectar e construir). Edição conjunta de : SNR – DGEE – DGCE, Maio 1984

PORTUGAL. "Secretaria Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência Acessibilidade: exemplos em Portugal". Lisboa, SNRIPD, 1999

Tesses, dissertações e provas académicas

"Acessibilidade/mobilidade nos centros urbanos", O caso da cidade de Aveiro, Luciana Ferreira Martins, Orientador Professor Doutor Arquiteto José Augusto Ribeiro da Costa

"Análise da Mobilidade de Pessoas com Deficiência", Estudo de Caso, Ainda Patricia Vicente Vargues Apolo, Orientador Doutor Carmem de Jesus Geraldo Carvalheira

Páginas Web, Documentos electrónicos

Acesso Cultura: http://acessocultura.org

Centro Portugues de Fotografia: http://www.cpf.pt/dest_Acessibilidades.html

Enor: http://www.enor.pt

Grupnor: http://www.grupnor.pt

INR: http://www.inr.pt

Liftech: http://www.liftech.pt

OTIS: http://www.otis.com/site/pt

Património cultura – Cartas l:http://www.patrimoniocultural.pt

Pinto & Cruz: http://www.pintocruz.pt

Schmitt+Sohn: http://www.schmitt-elevators.com/pt

INDÍCE DE FIGURAS

Figuras:

Fig. 1 Quadro de cacarterísticas de elevador estipulado no D.L. 163/2006.....26

Fig. 2 Elevador interior em estrutura metálica.....27

Fig. 3 Pormenor do elevador interior da fig. 2.....27

Fig. 4 Elevador exterior em extrutura metálica.....27

Fig. 5 Quadro de cacarterísticas de plataformas elevatórias estipulado no D.L. 163/2006.28

Fig. 6 Cadeira sobre escada.....30

Fig. 7 Cadeira sobre escada.....30

Fig. 8 Plataformasobre escada.....30

Fig. 9 Plataformasobre escada.....30

Fig. 10 Plataforma sobre escada exterior.....30

Fig. 11 Escada convertivel.....32

Fig. 12 Plataforma de pequno desnivel exterior.....32

Fig. 13 Plataforma de pequeno desnível interior.....32

Fig. 14 Rampa portátil.....34

Fig.15 Rampa telescópica.....34

Fig. 16 Cadeira trepadora.....34

Fig.17 Trepadores de escadas.....34

Fig.18 Rampa fixa.....34

Fig. 19 Paço de Calheiros, Ponte de Lima.....38

Fig. 20 Casa das Torres, Ponte de Lima.....38

Fig. 21 Alçado e planta Casa vale das Flores, Braga.....40

Fig. 22 Fotografia de alçado frontal Casa Vale das Flores, Braga.....40

Fig. 23 Planta do Solar de Mateus, Vila Real.....41

Fig. 24 Planta do Palácio Galveias, Lisboa.....41

Fig. 25 Soleira elevada, porta de entrada.....47

Fig. 26 Escadas de acesso á entrada principal.....47

Fig. 27 Instalação sanitária existente.....48

Fig. 28 Escada principal interior.....48

Fig. 29 Desniveis existentes no interior.....48

Fig. 30 Porta de duas folhas interior.....48

Fig. 31 Acesso ás águas furtadas.....48

Fig. 32 Desniveis de cotas existente no exterior.....48

Fig. 33 Acesso ao Piso 2 e 3, C.P.F.....50

Fig. 34 Plataforma sobre escada,C.P.F.....50

Fig. 35 Rampa de acesso ao edifício C.P.F.....51

Fig. 36 Rampa de acesso á praça do C.P.F.....51

Fig. 37 Rampa de acesso Igreja dos Clérigos 51

Fig. 38 Acesso á Igreja dos Clérigos.....51

Fig. 39 Instalação do elevador e I.S.Igreja dos Clérigos.....51

Fig. 40 Sala A+ Igreja dos Clérigos…….…..51

Fig. 41 Planta piso 0, demolições e novas construções.....55

Fig. 42 Planta piso 1 demolições e novas construções.....56

Fig. 43 Planta piso 2 demolições e novas construções.....58

Fig. 44 Planta de áreas acessíveis existente – planta piso 0…….……..….59

Fig. 45 Planta de áreas acessíveis proposta – planta piso 0……...….60

Fig. 46 Planta de área acessível existente – planta piso 1……61

Fig. 47 Planta de área acessivel proposta – planta piso 1……..…….62

Fig. 48 Planta de área acessível existente – planta piso 2 Cobertura……...……63

Fig. 49 Planta de áres acessível proposta – planta piso 2 Cobertura……64

CRÉDITOS DE FIGURAS

Créditos:

Fig. 1 Guia da acessibilidade e mobilidade para todos, 2006/2009

Fig. 2 Fotografia do autor

Fig. 3 Fotografia do autor

Fig.4http://www.archiproducts.com/pt/produtos/74192/domuslift-mini-elevador-para-exterior-domuslift-mini-elevador-para-exterior-igv-group.html

Fig. 5 Guia da acessibilidade e mobilidade para todos, 2006/2009

Fig. 6 http://www.liftech.pt/cadeiras-elevatorias-de-escada

Fig. 7 http://www.liftech.pt/cadeiras-elevatorias-de-escada

Fig. 8 http://www.liftech.pt/plataforma-de-escada

Fig. 9 http://www.liftech.pt/plataforma-de-escada

Fig. 10 http://www.archiexpo.es/prod/thyssenkrupp-encasa/product-79240-670754.html

Fig. 11 http://www.liftech.pt/escada-convertivel-em-plataforma-elevatoria

Fig. 12 http://www.liftech.pt/plataformas-verticais-para-cadeira-de-rodas

Fig. 13 http://www.liftech.pt/plataformas-verticais-para-cadeira-de-rodas

Fig.14 http://acasadoenfermeiro.com.br/cuidado-domiciliar-e-conforto/336-rampa-movel-portatil-para-assessibilidade.html

Fig.15 http://www.maisquecuidar.com/RampasTelescopicas2Metros.htm

Fig.16https://www.logismarket.pt/escadafacil/cadeira-de-rodas-trepadora/2751108359-1653958969-p.html

Fig.17https://www.logismarket.pt/escadafacil/trepadores-de-escadas/2678429774-1653958969-p.html

Fig.18 https://www.logismarket.pt/escadafacil/rampas/2752529598-1470455368-p.html

Fig. 19 http://www.booking.com/hotel/pt/quinta-de-calheiros.pt

Fig.20http://destinia.com/hotels/casa-das-torres/ponte-de-lima/viana-do-castelo/portugal/europa/216027/es

Fig. 21 Carlos Azevedo – Solares Portugueses, 1969

Fig. 22 http://conhecerportugal.com/ponto-interesse/casa-vale-flores-infias

Fig. 23 Carlos Azevedo – Solares Portugueses, 1969

Fig. 24 Carlos Azevedo – Solares Portugueses, 1969

Fig. 25 Fotografia do Autor

Fig. 26 Fotografia do Autor

Fig. 27 Fotografia do Autor

Fig. 28 Fotografia do Autor

Fig. 29 Fotografia do Autor

Fig. 30 Fotografia do Autor

Fig. 31 Fotografia do Autor

Fig. 32 Fotografia do Autor

Fig. 33 Fotografia do Autor

Fig. 34 Fotografia do Autor

Fig. 35 Fotografia do Autor

Fig. 36 Fotografia do Autor

Fig. 37 http://www.porto.pt/noticias/torre-dos-clerigos-mais-acessivel

Fig. 38 http://www.turisver.com/green-stays-places4all-promoveram-accao-acessibilidade/

Fig. 39 Fotografia do Autor

Fig.40 http://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/interior/torre-dos-clerigos-acessivel-a-

todos-4914461.html

Fig. 41 Desenhos do Autor

Fig. 42 Desenhos do Autor

Fig. 43 Desenhos do Autor

Fig.44 Desenhos do Autor

Fig.45 Desenhos do Autor

Fig.46 Desenhos do Autor

Fig.47 Desenhos do Autor

Fig.48 Desenhos do Autor

Fig49 Desenhos do Autor

INDÍCE DE ANEXOS

Anexo 1 – Implantação e planta piso 0

Projecto de reabilitação e reconversão de casa senhorial em escola de música

Fonte : Autor

Anexo 2 – Plantas piso 1 e 2

Projecto de reabilitação e reconversão de casa senhorial em escola de música

Fonte : Autor

Anexo 3 – Cortes

Projecto de reabilitação e reconversão de casa senhorial em escola de música

Fonte : Autor

Anexo 4 – Alçados

Projecto de reabilitação e reconversão de casa senhorial em escola de música

Fonte : Autor

Anexo 5 - Instalação sanitária piso 1

Projecto de reabilitação e reconversão de casa senhorial em escola de música

Fonte : Autor

Anexo 6 - Sala de ensaio – pormenor

Projecto de reabilitação e reconversão de casa senhorial em escola de música

Fonte : Autor

Anexo 7 – Elementos de pormenor

Projecto de reabilitação e reconversão de casa senhorial em escola de música

Fonte : Autor

Anexo 8 – Corte construtivo – fachada

Projecto de reabilitação e reconversão de casa senhorial em escola de música

Fonte : Autor

ANEXOS

DESENHOS TÉCNICOS DO PROJECTO DE REABILITAÇÃO E RECONVERSÃO DE CASA SENHORIAL EM ESCOLA DE MÚSICA